



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO TURISMO E ARTES (CCTA)
DEPARTAMENTO DE ARTES CÊNICAS- DECEN

HUGO RIBEIRO DE SOUZA LIMA

**APONTAMENTOS PARA UMA LEITURA CRÍTICA DO ‘AUTO DA
COMPADECIDA’**

JOÃO PESSOA - PARAÍBA
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO TURISMO E ARTES (CCTA)
DEPARTAMENTO DE ARTES CÊNICAS- DECEN

HUGO RIBEIRO DE SOUZA LIMA

**APONTAMENTOS PARA UMA LEITURA CRÍTICA DO ‘AUTO DA
COMPADECIDA’**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Artes Cênicas do Centro de Comunicação Turismo e Artes (CCTA) da Universidade Federal da Paraíba, como exigência para obtenção do título bacharel em Teatro.

Orientador: Prof. Dr. Erlon Cherque

JOÃO PESSOA - PARAÍBA
2019

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

L732a Lima, Hugo Ribeiro de Souza.
 Apontamentos para uma leitura crítica do “Auto da
 Compadecida” / Hugo Ribeiro de Souza Lima. - João Pessoa,
 2019.
 49 f.

Orientador: Erlon Cherque
Monografia (Bacharelado) - UFPB/CCTA

1. Teatro – Literatura Brasileira. 2. Suassuna, Ariano,
1927-2014. 3. Teatro – Estética. 4. O Auto da Compadecida -
Análise. Título.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 792:82(81)(043.2)

HUGO RIBEIRO DE SOUZA LIMA

Trabalho de conclusão de curso apresentado em abril de 2019, pelo graduando HUGO RIBEIRO DE SOUZA LIMA, do Departamento de Artes Cênicas do Centro de Comunicação Turismo e Artes (CCTA), tendo obtido o conceito 9,5, conforme a apreciação da banca.



Prof. Dr. Elon Cherque (orientador)



Prof. Dr. Elthon Gomes Fernandes da Silva



Prof. Ms. José Everaldo de Oliveira Vasconcelos

JOÃO PESSOA - PARAÍBA
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES CÊNICAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM TEATRO

ATA DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos seis dias do mês de maio, do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, na Sala 11 do prédio Abacatão, no Centro de Comunicação, Turismo e Artes, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, realizou-se a cerimônia de defesa do trabalho intitulado *Apontamentos para uma leitura crítica do "Auto da Compadecida"*, apresentado pelo aluno HUGO RIBEIRO DE SOUZA LIMA, matrícula 11414732, do curso de Bacharelado em Teatro, e examinado pelos professores:

Prof. Dr. Erlon Cherque Pinto (Orientador) - Nota: 9,5 ;
Prof. Dr. Elthon Gomes Fernandes da Silva (Membro da Banca) - Nota: 9,5 ;
Prof. Ms. José Everaldo de Oliveira Vasconcelos (Membro da Banca) - Nota: 9,5 .

Portanto, o referido trabalho foi aprovado, tendo obtido a média 9,5 .

Na qualidade de presidente dos trabalhos, lavro esta Ata, a qual dou fé e subscrevo.

João Pessoa, 06 de maio de 2019.

Erlon Cherque Pinto

Prof. Dr. Erlon Cherque Pinto (Orientador)

Elthon Gomes Fernandes da Silva (Membro da Banca)

José Everaldo de Oliveira Vasconcelos (Membro da Banca)

RESUMO

Este trabalho consiste em uma leitura crítica a respeito da ‘Auto da Compadecida’, escrita em 1955. A primeira montagem da mencionada obra data de 11 de setembro de 1956 no Teatro Santa Isabel pelo Teatro Adolescente do Recife. O autor da obra, Ariano Suassuna, professor, romancista, dramaturgo e poeta, nasceu na cidade de João Pessoa, no dia 16 de junho de 1927. O ‘Auto da Compadecida’ abrange vários "causos" organizados em torno da história de dois amigos que lutam para sobreviver no sertão da Paraíba. Diante da extrema pobreza, João Grilo e Chicó envolvem os moradores da cidade (classe dominante) em suas artimanhas para contornar as dificuldades. O intuito deste trabalho é gerar apontamentos sobre a obra através de uma leitura crítica. Refletiremos sobre a classes dominante e sua relação com o povo. Assim, as personagens serão analisadas em seu valor simbólico, contextualizado com sua condição socioeconômica e cultural: ‘padeiro’ (burguês), a Igreja (clero), ‘Major Antônio Moraes’ (aristocracia), o povo representado principalmente por João Grilo. Pretendemos apontar a opressão exercida pela classe dominante (padeiro, Major Antônio Moraes e o poder da Igreja) ao povo pobre e relegado à miséria e obrigado a usar da esperteza para resistir (João Grilo).

Palavras-chave: Ariano Suassuna, estética teatral, teatro brasileiro.

ABSTRACT

This work consists of a critical reading about the playwright titled 'Auto da Compadecida ', written in 1955. The first on stage of the aforementioned work dates from September 11, 1956 at the Teatro Santa Isabel by the Teatro do Adolescente de Recife. The author of the work, Ariano Suassuna, professor, novelist, playwright and poet, was born in the city of João Pessoa, on June 16, 1927. 'Auto da Compadecida' encompasses several "short stories" organized around the main line about two friends who struggle to survive in the Sertão of Paraíba. Faced with extreme poverty, João Grilo and Chicó involve the inhabitants of the city (dominant class) in their tricks to solve their problems. The aim of this work is to generate notes about the work through a critical reading. We will reflect on the dominant classes and their relationship with the people. Thus, we will consider the characters in their symbolic value through the socio-economic and cultural condition: ' Baker ' (bourgeois), the Church (clergy), ' Major Antônio Morais ' (aristocracy), the people represented mainly by João Grilo. We intend to point out the oppression exerted by the dominant class (Baker, Major Antônio Morais and the power of the church) to the poor people and reinherited to misery and obliged to use the cleverness to resist (João Grilo).

Keywords: Ariano Suassuna, theatrical aesthetics, Brazilian theater.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 BREVE PANORAMA DA OBRA DO AUTOR.....	9
3 DE SUSERANO A CORONEL: UMA HERANÇA SENHORIAL	15
4 A IGREJA CATÓLICA: DOCTRINA RELIGIOSA E INSTÂNCIA POLÍTICA	24
5 EM BUSCA DE UM CONCEITO DE POVO BRASILEIRO	33
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
7 REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Desde o princípio dos estudos sobre o universo teatral, a comicidade é um ponto de interesse. Nas nossas primeiras ideias de trabalho, analisamos de qual forma a comédia poderia apresentar um possível potencial crítico. Podendo ser usado para além da “diversão”, mas como uma forma de mostrar algo que estaria fora do “padrão” de cada sociedade. Uma comédia que poderia apontar erros ou vícios da sociedade. A comédia como potencial político estético. A partir desse interesse, selecionamos o ‘Auto da Compadecida’ por ser uma obra cômica, que possui características regionais, especificamente do nordeste paraibano.

A obra despertou o interesse na leitura, por possivelmente possuir em sua comicidade, um exame crítico. A obra aborda temas religiosos, conflitos com a Igreja e seus vícios, juntamente com o povo, incluindo exploração a classe trabalhadora. Assuntos abordados dentro da comicidade. O personagem João Grilo e seu amigo Chicó são pobres e vivem explorados por seu patrão, (o padeiro e proprietário da padaria), e o Antônio Morais, um homem rico e poderoso a quem todos o temem. Junto a essa relação analisaremos de qual forma existe a influência da Igreja no contexto histórico. João, possuindo apenas sua inteligência, tenta sobreviver com suas artimanhas envolvendo todos da região, mas apenas com aqueles que de certa forma interviram em sua vida de forma negativa.

Iremos classificar os personagens de acordo com sua posição na sociedade. Selecionando personagens que caracterizam o povo e aqueles que representam a classe dominante. Separadamente iremos de certa forma analisar e encontrar pontos de ligação da obra com o que vivemos nos dias de hoje. A exploração da pelo povo será um assunto que norteará a análise.

Haverá primeiramente, um breve histórico sobre o autor da obra ‘Auto da Compadecida’, Ariano Suassuna no nosso primeiro capítulo intitulado “Um breve panorama da obra do autor”. Abordaremos alguns aspectos de sua biografia, juntamente com suas principais obras como também os principais estudiosos que dedicaram suas pesquisas a Ariano Suassuna, como o poeta, ficcionista, ensaísta e professor universitário brasileiro Carlos Newton Júnior e a Neta de Suassuna, Ester Suassuna Simões, doutoranda em ciências da literatura pela Universidade Federal de Pernambuco.

Seguimos com a análise sobre o Coronelismo e a classe dominante no segundo capítulo chamado “Coronelismo”. Buscamos entender a relação do personagem Major Antônio Moraes com o povo. O Major é um homem rico e poderoso que possui atitudes agressivas com todos da cidade, e ao analisarmos suas atitudes podemos perceber como elas se assemelham ao Coronelismo, e aí a partir daí podemos realizar um estudo sobre o Mandonismo, Clientelismo e Coronelismo.

No próximo capítulo analisaremos historicamente a Igreja Católica Cristã e sua possível influência no Estado e no povo no nosso terceiro capítulo chamado “A Igreja Católica: doutrina religiosa e instância política”. O estudo será direcionado a Igreja Católica Cristã e sua relação com Estado em busca de poder, observando suas influências em Portugal afetando o Brasil, passando pela Proclamação da República, até suas influências no povo nordestino.

Com isso, iremos compreender e conceituar de certa forma o “povo” no quarto tópico chamado de “Em busca de um conceito de povo brasileiro”, em seus termos e ambiguidades, a fim de conseguir fazer uma ligação com os capítulos anteriores e a obra. Abordaremos ainda, as definições existentes sobre o termo “povo”, as variadas formas de seu uso. Os tópicos nos ajudarão a entender mais detalhadamente cada tema, para que ao fim possamos ligar cada ponto e melhorar o entendimento.

2 BREVE PANORAMA DA OBRA DO AUTOR

Segundo o artigo do Fábio Silvestre Cardoso (2014), Doutor em ciências na área de comunicação e Cultura pela Universidade de São Paulo, a vida de Ariano Suassuna, “não está, obviamente, desvinculada de sua obra”. Com a morte de seu pai João Suassuna, assassinado em 1930 devido a conflitos políticos, fez com que sua família se mudasse três anos depois para Taperoá no sertão Paraibano, assunto no qual Suassuna contava em suas aulas-espetáculo. Esse incidente teve um impacto nas obras de Ariano Suassuna “O universo ficcional do autor, nesse contexto, obedece a uma dinâmica criativa de natureza biográfica” (CARDOSO, 2014). A forma com que Suassuna narra os conflitos políticos, seguindo a mesma estrutura em suas obras, misturando sua vida real com a ficcional.

Ariano Suassuna sempre buscou a identidade Nordestina, e através de suas obras ele fazia a distinção entre o povo e a elite Brasileira. Segundo o autor Fabio Silvestre, Suassuna buscava sempre entender o ponto de vista do povo. Podemos perceber em uma das obras de Ariano Suassuna como em ‘Auto da Compadecida’ o protagonismo de João Grilo e Chicó, dois pobres nordestinos envolvendo a classe dominante como o Major Antônio Moraes, a Igreja, o padeiro, até mesmo o encourado, Jesus e Maria em suas artimanhas.

Ao escrever o ‘Auto da Compadecida’, o autor quis ser representado por um palhaço, que entre toques de clarim anuncia a grande voz o início da obra. O personagem palhaço, menciona que o autor ousou abordar o tema da obra baseado no espírito popular de sua gente. É possível perceber na obra mencionada uma crítica à sociedade, como a Igreja e a classe mais alta. O personagem “palhaço” inicia situando o leitor sobre o que ainda irá acontecer.

“PALHAÇO”, ao escrever esta peça, onde combate o mundanismo, praga de sua Igreja, o autor quis ser representado por um palhaço, para indicar que sabe, mais do que ninguém, que sua alma é um velho catre, cheio de insensatez e de solércia. Ele não tinha o direito de tocar nesse tema, mas ousou fazê-lo, baseado no espírito popular de sua gente, porque acredita que esse 23 povo sofre, é um povo salvo e tem direito a certas intimidades (SUASSUNA, 1990, p. 22).

O autor se coloca representado por um palhaço, por achar indigno, abordar assuntos como o mundanismo ou problemas sociais.

De acordo com a neta do autor, Ester Suassuna Simões, doutoranda em ciências da literatura pela Universidade Federal de Pernambuco, a qual possui estudos sobre a vida

de Suassuna, alguns de seus principais trabalhos acadêmicos são: “O universo emblemático da iluminogravuras de Ariano Suassuna” (2017), e “Leitura intersemiótica de 'O Mundo Sertão', uma iluminogravura de Ariano Suassuna” (2017). Segundo Simões, Ariano Suassuna, romancista, dramaturgo e poeta, nasceu na cidade atual João Pessoa, no dia 16 de junho de 1927. Sua mãe Rita de Cássia Dantas Villar e seu pai João Urbano Pessoa de Vasconcelos Suassuna, conhecido como João Suassuna, presidente do Estado da Paraíba entre 1924 e 1928. Ariano Suassuna, após a perda do seu pai, ao morar em Taperoá, conhece pela primeira vez o mamulengo, circo, os cantadores as miscas e os versos do romanceiro popular, no qual servirá de inspiração para seus trabalhos futuros.

Para nos ajudar a fundamentar essa abordagem, vale citar uma tese de Doutorado de Christiane Marques Szesz denominada ‘Uma História intelectual de Ariano Suassuna: Leituras e Associações’ (2007). Com um intuito de organizar um breve resumo sobre as obras de Ariano Suassuna, a partir da tese da estudiosa Szesz, destaca-se a formação de Ariano Suassuna em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife, onde conheceu Hermilo Borba Filho, um crítico literário, dramaturgo, diretor, teatrólogo, jornalista, escritor e advogado. Junto com Hermilo Borba Filho, Ariano Suassuna funda o Teatro de Estudantes em 1945. Szesz afirma que o interesse de Ariano Suassuna na arte popular começa desde cedo. A criação do Teatro de Estudantes pretendia trazer os grupos nacionais para os palcos.

O Teatro de Estudante foi uma criação de Pascoal Carlos Magno, que pretendia inicialmente com esse projeto trazer para o palco autores nacionais. Considerava-se que o público de teatro daquela época estava acostumado apenas com a encenação de peças estrangeiras que estavam muito distantes dos problemas regionais (SZESZ, 2007, p. 23).

Ariano Suassuna tinha a ideia de ampliar a cultura popular, pois nos palcos se tinha apenas grupos internacionais. Não apenas na Paraíba, mas também no Rio de Janeiro e São Paulo as pessoas assistiam em sua maioria espetáculos estrangeiros. Ariano Suassuna, já expressava seu interesse pela cultura do povo, e começou a escrever peças fundadas no folclore para o Teatro de Estudantes. Os primeiros foram *Uma mulher vestida de Sol*¹ em 1947, uma história de violência e banalidades do homem, que é considerada a primeira grande tragédia do nordeste, e *Cantam a Harpas de Sião*, também

¹ Informações sobre essa e outras obras mencionadas neste trabalho foram consultadas nos sites da Academia Brasileira de Letras, Livraria Cultura, a Editora Ediouro e a Livraria Travessa e outras de mesmo tipo. 20 abr. 2019

em 1947. E em 1948 lançou mais duas peças, “*Os homens de barro*”, que conta a história de homens que presenciam um anjo e decide esculpi-lo em uma pedra, e *Auto de João da Cruz*. Em 1955, Ariano Suassuna lança sua obra o *Auto da Compadecida*, essa obra expressou as características do autor ao colocar expressões folclóricas como, o mito, a cantiga popular, literatura de cordel entre outros. Em 1957, Ariano Suassuna escreve “*O Santo e a Porca*”, que aborda a avareza do ponto de vista de quem a possui, mostrando o que há de risível. Em 1960, escreve a “*Farsa da boa preguiça*”, escrita em versos e trechos musicais que possui três atos, denominados de “o Peru do Cão Coxo”, “A Cabra do Cão Caolho” e “O Rico avarento”. *A Pena e a Lei* publicada em 1959, é baseada na tradição popular dos cordéis e do teatro de bonecos, expõe verdades dolorosas incitando o riso, estimulando também a reflexão sobre a justiça dos homens.

Vale citar a Dissertação de Mestrado da Daniella Carneiro Libânio Rodrigues (2015), pela Universidade Federal de Minas Gerais, “A arte segundo Ariano Suassuna: a intermedialidade e a poética armorial”. A paixão do autor paraibano pela arte popular é exposta pelo movimento Armorial, idealizado por Suassuna, o movimento foi lançado oficialmente em Recife no ano de 1970, e tinha o propósito de buscar a arte erudita brasileira na cultura popular nordestina, reunindo todos várias expressões artísticas como a música, dança, literatura, artes plásticas, cinema, teatro e arquitetura. A autora afirma que ariano define a arte Armorial como sendo um movimento ligado principalmente com a literatura de cordel, música de viola, pífano e com a xilogravura. Alguns nomes de destaque que colaboraram com o movimento junto a Ariano Suassuna foram Antônio Madureira, Francisco Brennand, Raimundo Carrero, Gilvan Samico e Géber Accioly. Antônio Madureira estava entre os seis integrantes do Quinteto Armorial formado também por Antônio Nobrega.

Em 1971 foi realizada a primeira apresentação do Quinteto Armorial na Igreja dos Rosários dos Pretos. No mesmo ano, Ariano Suassuna lança o romance “A Pedra do Reino”, o qual é considerado o primeiro romance popular brasileiro, que conta a história de Dom Pedro Diniz Ferreira (o Quaderna), o qual foi preso por subversão em Taperoá na Paraíba, e apresenta seu memorial de defesa perante o corregedor. A Xilogravura, segundo a autora, é considerada como arte primordial para o movimento Armorial, uma arte que caracteriza o nordeste ilustrando os cordéis e fazendo parte das obras de Ariano Suassuna. Em março de 1975, Suassuna entra como Secretário de Educação e Cultura do Município de Recife, representando um importante apoio estratégico para o movimento

Armorial, um movimento que inspirou e inspira até hoje vários artistas, independente da sua arte (RODRIGUES, 2015, p. 58).

Outro marco na vida de Suassuna, foi a Aula-Espetáculo, sua primeira aula aconteceu em 26 de setembro de 1946, quando tinha apenas 19 anos. O artigo Aulas-Espetáculo: Comunicação e Cultura Brasileira de Roberta Fernandes Fajer, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle, em Canoas, Rio Grande do Sul, e Margarete Panerai Araújo, Pós Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias. As autoras afirmam que Ariano fez sua primeira aula espetáculo ainda enquanto estudava.

Ele foi à fazenda de um primo, no Sertão do Ceará, nas férias e lá conheceu um cantador chamado Dimas Batista. Ele o considerou o melhor que já havia conhecido. Isso o impressionou tanto que, ao voltar para Recife, pediu que o Diretório Acadêmico do curso de Direito onde ele estudava organizasse uma cantoria. Ele, então, convidou Dimas Batista e outros três cantadores – com quem criou forte amizade – e realizou a cantoria no Teatro de Santa Isabel. (FAJER; ARAÚJO, 2018, p. 7)

Apesar de sua primeira aula-espetáculo ter ocorrido aos 19 anos, Suassuna como oficialmente com as aulas quando assume a Secretaria de Cultura de Pernambuco de 1995 a 1998. Outro fato que as autoras destacam, é que Ariano Suassuna ministrava as aulas mesmo sem verba, contratou artistas de circo de dança e um mestre em maracatu ao invés de assessores políticos, os artistas recebiam o salário de assessor e Suassuna ministrava as aulas. Carlos Newton Júnior, é poeta, ficcionista, ensaísta e professor universitário brasileiro, acompanhou Suassuna em várias de suas aulas e escreveu em 2008, um livro junto ao poeta chamado ‘Almanaque Armorial’, e outras obras como ‘Ariano Suassuna: vida e obra em Almanaque’ em 2013, e ‘O circo da onça malhada: iniciação à obra de Ariano Suassuna’ em 2000.

Newton Júnior possui diversos trabalhos relacionados a Suassuna, alguns de seus principais são ‘A Pedra do Reino: o sertão mítico e poético de Ariano Suassuna’ de 2016, ‘O universo mítico de Ariano Suassuna’ de 2007, e também, o trabalho intitulado ‘Dimensões de Ariano Suassuna’ também de 2007. Segundo Newton Júnior as aulas-espetáculos eram feitas em cidades do interior de Pernambuco, muitas vezes para pessoas que nunca tinham assistido a um espetáculo erudito.

Algumas das obras de Ariano Suassuna em especial o ‘Auto da Compadecida’ que recebeu três adaptações para cinema além de tradução para o exterior, teve sua primeira montagem em 11 de setembro de 1956, no Teatro Santa Isabel pelo Teatro Adolescente

do Recife, sob a direção de Clênio Wanderley, com o elenco: PALHAÇO - José Pinheiro, JOÃO GRILO - Ricardo Gomes, CHICÓ - Clênio Wanderley, PADRE JOÃO - Sandoval Cavalcânti, ANTÔNIO MORAIS - José de Sousa Pimentel, SACRISTÃO - Alberique Farias, PADEIRO - Luís Mendonça, MULHER DO PADEIRO - Nina Elva, BISPO - Eutrópio Gonçalves, FRADE - Mário Boavista, SEVERINO DO ARACAJU - Otávio Catanho, CANGACEIRO - Artur Rodrigues, DEMÔNIO - Mário Boavista, O ENCOURADO (O DIABO) - José de Sousa Pimentel, MANUEL (Nosso SENHOR JESUS CRISTO) - José Gonçalves, A COMPADECIDA (NOSSA SENHORA) - Maria do Socorro Raposo Meira. O diretor Clênio Wanderley, teve a ideia de fazer do palco um picadeiro na primeira montagem.²

A obra é publicada pela Agir no Recife em 1957, e em 1969 tem sua primeira adaptação para o cinema, dirigida por George Jonas, com cenários de Lina Bo Bardi e figurino de Francisco Brennand. A obra teve sua segunda adaptação em 1987, dirigida por Roberto Farias e o roteiro assinado por Roberto Farias e pelo próprio Ariano Suassuna. Intitulada de “Os trapalhões no Auto da Compadecida”. Formado por Didi, como João Grilo; Dedé, como Chicó; Zacarias, como o Padeiro e Mussum, como o frade e também Manuel. Ainda fazem parte do elenco do filme Cláudia Gimenez, como a Esposa do padeiro; Raul Cortez, como Major Antônio Moraes; Betty Goffman como a empregada do Major e a Compadecida, José Dumont como Severino de Aracaju. Em 1999 o ‘Auto da Compadecida’ é exibido em quatro capítulos na televisão. Em 2004, ganha uma edição comemorativa pela Agir, ilustrada por Dantas Suassuna, Newton júnior e Raimundo Carrero.

Ainda, conforme a autora Daniella Carneiro, Ariano Suassuna escreve uma carta aberta no Diário de Pernambuco afirmando o fim de sua vida literária chamada de ‘Despedida’, em 9 de agosto de 1981. Porém, Ariano Suassuna segue como professor na Universidade Federal de Pernambuco e como artista.

Retomando a tese da Szesz, podemos citar alguns dos principais estudos sobre a vida e as obras de Ariano Suassuna como a tese de Doutorado da Universidade de Paris III, de 1981. A autora Idelette Muzart Fonseca dos Santos, analisa a obra ‘A Pedra do Reino’ de Ariano Suassuna, comparando a um romance de cavalaria e assemelhando os sonhos de Quaderia a um Dom Quixote enlouquecido, a autora vê o personagem Dom

² Informação retirada do livro o ‘Auto da Compadecida’ de 1975.

Pedro Dinis (Quaderna) como um cavaleiro, e se refere a obra como uma manifestação de romances da cavalaria.

Outro estudo acadêmico foi a tese de doutorado da Lígia Vassalo, intitulada ‘Permanência do medieval no teatro de Ariano Suassuna’, a qual foi defendida na Faculdade de letras da UFRJ em 1982, na qual a autora afirma que o próprio sertão brasileiro possui características semifeudais. A principal hipótese da Vassalo é provar os aspectos medievais que poderiam estar presentes nas obras de Suassuna. Outro trabalho que destaque foi o da historiadora Marcia Abreu em sua tese de doutorado analisou relação entre o cordel português e a literatura de folhetos nordestina, a autora afirma que os folhetos nordestinos não são uma herança portuguesa.

Vale ressaltar a aula Magna que Ariano Suassuna ministrou na Universidade Federal da Paraíba. Segundo Janielly Santos de Vasconcelos em sua monografia apresentada ao curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba em 2014, intitulada ‘O discurso pedagógico do professor: uma aula magna de Ariano Suassuna’. A autora afirma que a aula foi ministrada no ano de 1992 na inauguração do Fórum Universitário da Paraíba, e foi realizada em comemoração aos 80 anos de Suassuna.

3 DE SUSERANO A CORONEL: UMA HERANÇA SENHORIAL

Dentre a produção artística de Ariano Suassuna, autor paraibano nascido na cidade de João Pessoa, Paraíba³, abordaremos trechos específicos da obra denominada ‘Auto da Compadecida’. Diferente da árdua tarefa de buscar esgotar os significados ou de abordar a vasta tradição de interpretação em torno desta literatura, o presente estudo constitui-se em um processo de leitura com interesse de potencializar a reflexão sobre aspectos políticos, sociais e crítico-estéticos na dramaturgia mencionada.

O ‘Auto da Compadecida’ abrange vários “causos” (narrativas próprias da cultura popular local, seja na tradição oral ou literatura de cordel), os quais são organizados em torno da história de dois amigos pobres que lutam para sobreviver no sertão da Paraíba⁴. João grilo, com sua única arma, a esperteza, envolve seu amigo Chicó e os moradores da cidade em suas trapaças, a fim de sobreviver. As artimanhas vivenciadas por esses dois personagens, incluem o enterro de uma cachorra que possuía um testamento e a invocação da Compadecida para interceder a seu favor na hora do julgamento final.

³ Conforme indicação da estudiosa Christiane Marques Szesz em sua tese de doutorado, com o título ‘Uma história intelectual de Ariano Suassuna: leituras e apropriações’ (2007, p. 228). Nos primeiros anos de sua vida, Ariano viu seu pai ser assassinado, (...). A família Suassuna sofreu conflitos diversos na Paraíba quando seu pai, governador da Paraíba, foi assassinado por motivações políticas, gerando grandes conflitos que levariam a Guerra da Princesa (...).

⁴ Embora sejam mencionadas cidades, características geográficas e fatos históricos de maneira verossímil, vale lembrar que se trata de uma formulação estética. Para Patrice Pavis (p.323-324), no verbete “Realidade Representada”, “(...) a natureza e a análise da realidade influenciaram a forma dramática escolhida e, de maneira inversa, a forma dramática utilizada aclara e influi no conhecimento dessa realidade. Mas a ligação entre a realidade e o universo estético está longe de ser evidente.”

Entre os pontos de interesse, podemos destacar a imposição política praticada por um dos personagens que iremos analisar agora, o ‘Major Antônio Moraes’, um personagem tirano pela opressão imposta aos empregados e moradores da cidade onde vive. Percebemos em vários trechos o tom arrogante e superior ao tratar com todos da cidade. Para ilustrar este traço de personalidade, vale mencionar a atitude do Major ao menosprezar João Grilo na Igreja, passando por ele como se não existisse, mas João insiste por necessitar de sua influência. O padre trata o intitulado militar como figura máxima perante à Igreja, demonstrando respeito e subserviência. Sempre cauteloso com as palavras em reconhecimento à hierarquia política e social do Major, João Grilo acusa o padre de realizar até os desejos mais excêntricos do Major devido ao medo do poder e riqueza deste último, e menciona o ato de benzer o motor do militar e destaca, um “pedido” do Major é uma ordem para todos. Pedido entre aspas porque são pedidos em forma de ordens, ou seja, uma figura poderosa por ser rico, autoritária e arrogante. Destacamos um trecho para que possamos analisar os aspectos mencionados com mais detalhes:

Antônio Moraes, os donos de terras é que perderam hoje em dia o senso de sua autoridade. Veem-se senhores trabalhando em suas terras como qualquer foreiro. Mas comigo as coisas são como antigamente, a velha ociosidade senhorial (SUASSUNA, 1990, p. 43).

Conforme o trecho acima, percebemos que o Major se considera distinto e em vantagem até entre os da mesma classe social. Ele sugere que os donos de terras perdem sua autoridade ao realizar trabalho braçal (reservado aos inferiores de acordo com esta mentalidade) em lugar de impor autoritarismo e opressão pela ameaça e violência em torno da força de trabalho alheia. O Major menciona o termo ‘foreiro’ mostrando repugnância. A designação ‘foreiro’ é dada aos trabalhadores que utilizavam as terras dos senhores para cultivar, com isso pagavam uma taxa chamada de “foro”. Além da taxa, o “foreiro” tinha uma dependência do senhor, como por exemplo a limitação de venda de seu cultivo. Vale ressaltar o artigo ‘Classes rurais e Nordeste: uma visão de José Lins do Rêgo’, de Maria Thereza Venuzo, Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Dentre outros aspectos, a autora analisa a opressão que os foreiros sofriam. Eles plantavam produtos de baixo valor como fava e algodão, e ainda eram obrigados a vender onde o senhor ordenasse. De acordo com a autora:

Ali se cultivam produtos que, pelo seu valor menor, estão entregues a intermediários, como os foreiros e meeiros, estes trabalham com toda a família nos seus roçados, não têm obrigação de dar três dias por semana no eito. Os

foreiros pagam o foro anualmente e vivem de seus roçados de fava ou de algodão, plantados no agreste. No entanto, são obrigados a vender no engenho o que colhem. Caso contrário, o senhor ameaça soltar o gado nas suas plantações (VENUZO, 1972).

Venuzo destaca que os foreiros eram comparados aos escravos que trabalhavam no eito (roça de escravos), considerando a dependência gerada pelo sistema de propriedades e obrigações. Apesar da capacidade técnica e de condições de trabalho distintas de cada um deles resultarem em regalias diferentes, a condição comum a todos é a de subordinação ao senhor” (VENUZO, 1972). Apesar de não serem escravos, os “foreiros” eram sujeitos à expropriação da terra e da força de trabalho. Em ambos os casos, os lucros eram transferidos para o senhor. Mas, o escravo era propriedade senhor, cabia ao dono prover as condições mínimas de integridade (comida, vestes e saúde). Por outro lado, a liberdade do foreiro pressupunha uma privação de direitos ainda mais intensa por um sistema de deveres e dívidas.

Por se tratar de pessoas pobres e submissas ao senhor, o Major se distancia do foreiro em sua fala. Então, justifica-se o sentimento de repulsa: constitui afronta comparar o grande senhor a um escravo ou trabalhador, pois, ele está acima de todos na classe social, garantido pela política e pelo sistema senhorial. Apesar de expressar de maneira clara e direta no texto, a exploração e o preconceito ao pequeno trabalhador rural parecem ter se “naturalizado” (assumida como natural) ao longo do tempo, na tradição, história e sociedade.

Para que possamos analisar outros desdobramentos das possíveis dimensões simbólicas da personagem Major Antônio de Moraes, faz-se necessário mencionar o artigo “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual” (1997), de José Murilo de Carvalho, cientista político e historiador brasileiro. O artigo irá nos ajudar a compreender mais sobre as atitudes do personagem da obra ‘Auto da Compadecida’ citado acima. Segundo o autor, existem muitas informações acumuladas sobre a definição de cada termo (Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo), as quais podem acabar atrapalhando o entendimento de cada um, gerando confusão sobre seus conceitos.

Carvalho inicia explicando sobre o Coronelismo, ele afirma que é um sistema político, no qual existe uma complexa troca de relações, que vai do Coronel e se estende até o Presidente da República. Segundo o autor, o Coronelismo surgiu depois de um fator político e uma conjuntura econômica, a partir da criação do ‘Governador do Estado’, substituindo o antigo Presidente da Província, essa mudança contribuiu para que os

coronéis participassem, de uma certa forma, da política. O governador republicano, ao contrário, era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, era o chefe da política estadual, em torno dele se arregimentavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes (CARVALHO, 1997).

A conjuntura econômica foi o enfraquecimento do poder político dos coronéis diante de seus dependentes e rivais. Além disso seu poder econômico também estava em queda, com isso, eles se viam diante de uma ameaça e o único caminho foi se juntar à política. Assim, os representantes das oligarquias locais retomariam e ampliariam seu poder, ou seja, o Coronelismo abrangeria uma “troca” pela qual os coronéis recebiam a garantia do poder sobre seus rivais, recebendo cargos públicos como delegados e etc., em troca, doavam seus votos. Em suma, o Coronelismo abrange necessariamente essa barganha política entre os coronéis e os políticos. Dessa forma, havia mútua satisfação de interesses - os coronéis reforçavam o poder sobre rivais e dependentes, enquanto isso, os políticos garantiam suas candidaturas.

Logo após a definição do Coronelismo, o estudioso Carvalho define o Mandonismo, ele afirma que o Mandonismo faz parte do Coronelismo, mas há distinções entre ambos. O Mandonismo é incompatível com a definição de sistema político atribuída ao Coronelismo, e indica a hierarquia pela qual os representantes das oligarquias mandavam em tudo e em todos, comportamento este amparado no destaque social pela posse de bens (no caso, propriedades). Assim, eles se achavam mais importantes que os outros moradores da região, influenciando as leis locais. O autor aponta que:

O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política (CARVALHO, 1997).

Desse modo, o Mandonismo se diferencia do Coronelismo pela falta da barganha política. O poder de mando pode ser exercido por qualquer agente social, como donos de terras, empresas, possuírem algum cargo superior aos outros ou títulos como Major, coronel entre outros. Em outras palavras, o “mandão” seria aquele que se serve das pessoas para garantir seus interesses. E o Coronelismo, apesar de possuir alguns pontos de aproximação com o Mandonismo, necessita da troca entre coronéis e políticos.

Em seguida, Carvalho analisa o Clientelismo, que por sua vez possui uma amplitude maior em seu conceito, que se assemelha ao Coronelismo por possuir trocas ou barganhas entre agentes políticos, contudo são diferentes. O Clientelismo pode ser

modificado em relação ao objeto de barganha ou seus agentes, de maior extensão ou menor, variando de acordo com a necessidade, e dispensa o coronel, passando a ser uma troca entre políticos ou governo e os setores mais pobres. Um exemplo de Clientelismo é a troca de favores públicos por votos. O Coronelismo possui características e barganhas clientelísticas, mas não podem ser considerados a mesma coisa, pela amplitude do Clientelismo. A partir do momento que o governo perde o poder acima da população, começa a tratar o povo como eleitores, e assim começa a troca clientelística.

Os três conceitos mencionados (Coronelismo, Mandonismo e Clientelismo) se assemelham e são bem confundidos no Brasil. Para nossa avaliação, iremos associar o artigo de Carvalho com a obra ‘Auto da Compadecida’, a fim de analisar o personagem do Major Antônio Morais. Primeiramente precisamos identificar quem é o Antônio Morais e tentar saber mais sobre sua riqueza, numa breve análise, poderíamos identificar suas atitudes autoritárias como Mandonismo, percebe-se que o personagem possui grandes terras e é temido pelo seu povo apenas por ser “rico”, podendo portanto, ser caracterizado como tal, visto que, o Coronelismo necessita do sistema da barganha política. Mas se analisarmos mais a fundo, podemos começar inclusive pelo seu título de ‘Major’ que já nos remete a um cargo público, provavelmente por influência política. O cargo o eleva a uma autoridade oficial, diferenciando dos demais conforme as características do Coronelismo. Além da barganha política, destacam-se ainda outros elementos de poder na figura do Major. Vale ressaltar uma fala do personagem ‘Palhaço’:

Palhaço: - (...), Mas tem também que pensar em certas conjunturas e transigências, pois Antônio Morais é dono de todas as minas da região e é um homem poderoso, tendo enriquecido fortemente o patrimônio que herdou, e que já era grande, durante a guerra, em que o comércio de minérios esteve no auge (...), (SUASSUNA, 1990, p. 72).

O palhaço nos afirma que o Major, além do título, é dono de todas as minas da região. A mineração tem uma forte relação com o governo como apoio para desenvolvimento técnico e para possíveis parcerias com outros países como os Estados Unidos, por exemplo. Neste contexto, destaca-se a dissertação de Mestrado de Santiago Andrade Vasconcelos ‘O uso do território do município de Pedra Lavrada - PB pela mineração: elementos de inserção como lugar do fazer no contexto atual da globalização’. Professor Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco, A. Vasconcelos afirma que a mineração entrou no município de Pedra Lavrada – PB, já no início do século XX, e após a propagação da segunda guerra mundial, que se firma através

de um acordo com os Estados Unidos para que todos os mineiros retirados em Pedra Lavrada fossem destinados aos americanos exclusivamente. Os minérios retirados eram usados para fabricação de armas, capacetes e todos os materiais bélicos. Para A. Vasconcelos, a projeção do Nordeste no contexto global coordena-se:

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), surge uma conjuntura específica, fazendo com que haja uma maior demanda por alguns dos minerais produzidos em Pedra Lavrada – PB, notadamente a tantalita-columbita, a mica e o berílio que passam a ser considerados minerais estratégicos no momento de beligerância. Na ocasião, os Estados Unidos ficaram impedidos de ter acesso a fontes supridoras de alguns minerais utilizados principalmente na indústria bélica, fazendo com que esse país procurasse outros locais capazes de dar continuidade ao abastecimento de sua demanda. Depois de muita negociação, firmou-se um acordo bilateral Brasil-Estados Unidos, assegurando que vários minerais produzidos no Brasil fossem adquiridos exclusivamente pelos norte-americanos (2006, p. 48).

Com isso, percebe-se que ‘Antônio Moraes’ se beneficia duplamente, pois o cargo de militar converte-se em vantagem econômica, visto que, ele é proprietário de todas as mineradoras voltadas à parceria internacional para a fabricação de materiais bélicos para Segunda Guerra Mundial. Destacam-se os acordos entre coronéis e o Governo em um momento em que ainda existia o Coronelismo (o autor menciona que se extinguiu em 1973). Sendo assim, parece robusta a hipótese de que as trocas de favores entre o Major e o governo caracterizam Coronelismo. Para refletir sobre a condição privilegiada do Major com base em fatos históricos, cabe mencionar um trecho em que ele menciona a linhagem de sua família:

Antônio Moraes: - Baixa qualidade! Meu nome todo é Antônio Noronha de Brito Moraes, e esse Noronha de Brito veio do Conde dos Arcos, ouviu? Gente que veio nas caravelas, ouviu? (SUASSUNA, 1990, p. 45).

O Major é da mesma família da coroa Portuguesa, rico por herança com a nobreza em seus antepassados. No site da Biblioteca Nacional de Portugal, estão disponíveis para consulta os 12 Tomos em 13 volumes da obra ‘História genealógica da casa real portuguesa’ (1735-1749, p. 239), encontra-se o registro de Dom Luiz de Lima Brito Nogueira, 1º Conde de Arcos. De acordo com registro da Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA), Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde de Arcos, foi capitão-general de Mar e Terra do Estado do Brasil e vice-rei (1806), último a ocupar o cargo, extinto por ocasião da vinda da família real para o Brasil, e também exerceu o cargo de Governador e Capitão Geral da Bahia (1809). Em seguida, foi promovido a marechal-de-

campo em 1810, reprimiu uma insurreição de escravos muçulmanos em Salvador e lutou contra os rebeldes da Revolução de Pernambuco de 1817. Em seguida, foi Ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, promovido a tenente-general (1818). E ainda, assumiu a presidência do ministério constituído junto ao príncipe regente, D. Pedro. Voltou para Portugal e foi preso ao chegar a Lisboa, acusado de participar dos movimentos de independência que tanto combateu. Uma vez restabelecida a confiança de D. João, foi nomeado membro do Conselho de Regência. Foi agraciado em vida com a grã-cruz das ordens de São Bento D'Aviz e da Antiga Ordem da Torre e Espada. Foi comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e comendador de Santa Maria da Vila do Rei, na Ordem de Cristo, morreu em Lisboa, em 1828 (ARQUIVO NACIONAL).

Portanto, o sobrenome “Noronha de Brito” e o título de “Conde dos Arcos” remetem a um passado colonial marcado pela ordem Feudal. Dessa maneira, o Major reafirma seu lugar de notoriedade ao passado histórico de tradição pelo qual os nobres legitimam seus privilégios por um sistema de castas rígido baseado no nascimento. Assim, ricos permanecem ricos e, também, os seus herdeiros. Do mesmo jeito, os pobres transmitem a condição de miséria para seus filhos. Na Europa Medieval a possibilidade de mobilidade social era nula.

Ao invocar seus antepassados, o Major reclama sua condição de privilegiado por nascimento. Seu autoritarismo baseia-se na história dos antepassados, na influência diante de Portugal, na tradição. Alie-se a tal herança a influência do Coronelismo e ao cargo militar no contexto da II Guerra Mundial, a propriedade além das terras, as minas e os acordos com os Estados Unidos. Se o passado Europeu Medieval impunha poder e opressão, conforme a fala do Palhaço, para além da herança, o Major enriqueceu o potencial simbólico de dominação recebido por nascimento. Observemos possíveis reflexos da influência do Major na fala e imaginário das demais personagens:

Padre: - Motor é diferente, é uma coisa que todo mundo benze. Cachorro é que eu nunca ouvi falar (...)

João Grilo: - Eu disse que uma coisa era o motor e outra o cachorro do major Antônio Moraes (...)

Padre fala a CHICO: Você o que é que acha?

Chicó: - Eu não acho nada demais.

Padre: - Nem eu. Não vejo mal nenhum em abençoar as criaturas de Deus. (SUASSUNA, 1990, p. 32).

O padre se nega a benzer o cachorro, mesmo já tendo benzido o motor do major. Mas, ao perceber que o dono do animal é o Antônio Moraes, logo aceita a ideia afirmando ser uma “Criatura de Deus”. Muda imediatamente de opinião mesmo indo contra as leis da Igreja para satisfazer as vontades do Major. Em outro trecho, também é possível perceber essa relação de subjugo que o Antônio Moraes exercia sobre o povo local, e o medo de todos perante o cargo de ‘Major’.

João Grilo: - Era o único jeito de o padre prometer que benzia. Tem medo da riqueza do major que se péla. Não viu a diferença? Antes era “Que maluquice, que besteira!”, agora “Não vejo mal nenhum em se abençoar as criaturas de Deus!” (SUASSUNA, 1990, p. 34).

A obra ‘Auto da compadecida’ menciona cidades e peculiaridades do sertão da Paraíba, trazendo esse aspecto do Coronelismo e algumas características do Mandonismo, homens “ricos” agindo de forma agressiva e impondo sua vontade perante os mais fracos e pobres. Uma obra em que a comédia apresenta vocação crítica, mas, o caráter de denúncia pode passar despercebido pelo leitor. A obra nos faz refletir, como essas atitudes são ou podem ser reais nos dias de hoje principalmente no sertão da Paraíba. Segundo o Professor Carvalho, autor do artigo, o Mandonismo segue em uma linha decrescente, mas que ainda não foi extinto, diferente do Coronelismo, que não “existe mais” acabou em 1973, segundo Carvalho.

Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo e após a derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos (1997).

Agora podemos analisar a “função” do major perante a obra, entrando na ideia do conto, onde existe o protagonista e o antagonista. Primeiramente podemos selecionar o João Grilo como pobre e representante da classe trabalhadora, pois trabalhava com o padeiro, representava o povo, os menos favorecidos. Analisando de forma simbólica, dentro da lógica das classes sociais e históricas, o antagonista da classe trabalhadora poderia ser a burguesia, os ricos. Imediatamente podemos associar a alguns personagens como o padeiro, mas, de uma forma mais ampla, e por possuir um “poder” maior não só perante a cidade, mas uma importância internacional, associamos o Major Antônio Moraes como o antagonista, que apesar de poucas aparições na obra, seu símbolo, o que ele representa perante todos é o que vai nos interessar e importar.

Toda a trama começa por benzer um cachorro que só é aceito por acreditarem pertencer ao major, então umas das primeiras referências da obra é o medo ao Antônio Morais. Então temos uma relação crítica entre o povo e a burguesia ou os ricos, a opressão aos trabalhadores, na vez em que João Grilo diz que é maltratado pelo padeiro, pela vida sofrida do Chicó, onde a falta de opção para o cangaceiro Severino de Aracaju, no qual a única opção dessas pessoas é a luta pela vida, com astúcia, inteligência e a força bruta. Vale citar dois trechos da obra ‘Auto da Compadecida’ nos quais as falas de Jesus (Emanuel) e da Compadecida confirmam a vida pobre do Severino com seu capanga cangaceiro e de João Grilo.

Manuel: - Contra o qual já sei que você protesta, mas não recebo seu protesto, você não entende nada dos planos de Deus. Severino e o cangaceiro dele foram meros instrumentos de sua cólera. Enlouqueceram ambos, depois que a polícia matou a família deles e não eram responsáveis por seus atos. Podem ir para ali. Severino e o Cangaceiro abraçam os companheiros e saem para o céu (...).

A Compadecida: - João foi um pobre como nós, meu filho. Teve de suportar as maiores dificuldades, numa terra seca e pobre como a nossa. Não o condene, deixe João ir para o purgatório, (SUASSUNA, 1990, p. 183).

As falas são referentes a cena do julgamento, no qual João Grilo, Severino de Aracaju e o cangaceiro estão entre os que morreram e aguardam o julgamento. Em defesa de Severino e de seu amigo cangaceiro, Emanuel afirma terem sido homens que nasceram na pobreza e assistiram a morte de seus pais, ambos enlouquecem e perdem a responsabilidade de seus atos. A Compadecida também entra em defesa a João Grilo, também afirmando que foi uma criança pobre sem opções de uma vida “melhor”.

4 A IGREJA CATÓLICA: DOCTRINA RELIGIOSA E INSTÂNCIA POLÍTICA

Com o intuito de refletir sobre a influência da Igreja Católica baseada na doutrina religiosa e condição política, trataremos de aspectos pontuais do artigo ‘A cristandade: um modelo eclesial de poder’, de Carlos Augusto Ferreira de Oliveira, Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. O autor analisa a Igreja Cristã Católica e sua relação com o Estado, chamado de Cristandade. Verificando historicamente de qual forma a Igreja atribui seu crescimento perante a sociedade buscando esse apoio com o Estado, e da mesma forma, o Estado buscando uma troca com a Igreja para conseguir manter sua força e seus ideais.

O autor inicia denominando cada termo, o primeiro a ser definido foi o de cristandade, usando a definição de Richard (apud OLIVEIRA, 2006, p. 9) que diz que Cristandade é “uma forma determinada de relação entre Igreja e a sociedade civil, relação cuja mediação fundamental é o Estado”. O segundo conceito é o de poder no qual utiliza a definição de Weber e Bourdieu (apud OLIVEIRA, 2006). Para Weber (apud OLIVEIRA, 2006, p. 33), poder “significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. O autor afirma que a Igreja Cristã Católica possui uma vontade de poder através do poder político e do poder simbólico.

Para entender melhor esse poder religioso, recorreu-se a Bourdieu apud Oliveira (2006, p. 71), que afirma que “a Igreja contribuiu para a manutenção da ordem política,

ou melhor, para o reforço simbólico das divisões dessa ordem, pela consecução de sua função específica [...], a manutenção da ordem simbólica”. Os conceitos de Estado e Igreja, foram baseados em Max Weber e Gramsci, quando afirmou que “seu quadro administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo de coação física para realizar as ordens vigentes” (WEBER apud OLIVEIRA, 2006, p. 34).

Segundo Gramsci, Estado é o “conjunto da sociedade civil mais sociedade política [...]”. Com isso, o autor adotou as duas definições de Estado para o artigo. A definição de Igreja foi a utilizada por Weber que a definiu como: “empresa hierocrática [...] (que) em seu quadro administrativo pretenda para si o monopólio da legítima coação hierocrática” (WEBER apud OLIVEIRA, 2006, p. 34).

O autor afirma que historicamente a Igreja Cristã Católica passou uma grande parte da sua história junto ao poder do Estado, durando pelo menos mil e seiscentos anos. O fato que deu início a essa aproximação foi no século IV no qual o imperador Constantino Magno tomou algumas medidas como a liberdade de culto a todas as religiões isenção aos clérigos dos encargos públicos entre outras.

A partir desse marco, a Igreja começa seu crescimento perante a sociedade e seu vínculo com o Estado. Para que a Igreja Cristã fosse aceita e aumentasse sua influência, foi preciso que ela se tornasse base ideológica dos governos que faziam parte da Cristandade, pois, apesar de muitos Estados participarem desta “barganha” em tono do poder, havia exceções. A Igreja recebia em troca, bens mobiliários, proteção, prestígio e subsídios financeiros, um dos exemplo dessa aliança da Igreja com o Estado é o fato de Constantino ter proibido os ricos de entrarem para Igreja na condição de Clero a fim de fugir dos pagamentos de impostos. A dependência da Igreja ao Estado era tamanha que o governo doava bens da Igreja com a finalidade de conseguir apoio político, como terras, mosteiros e dioceses.

Carlos Magno teve a missão de tornar o Estado em um verdadeiro Estado cristão, resultando na total submissão da Igreja, transformando todo o corpo hierárquico da instituição eclesial em funcionários públicos. Apesar da Igreja ter perdido suas características gerais, possibilitou que grande parte da Europa se convertesse ao Cristianismo, tornando a Igreja Cristã Católica como a principal instituição de toda Idade Média, formando a Cristandade, com a Igreja totalmente junta ao Estado, além de se tornar uma rica Senhora Feudal. Antes disso, a Igreja possuía uma relação de sujeição ao Estado, mas, agora a Igreja começa a buscar sua independência.

A partir do século XI a Igreja não apenas era a base ideológica, como começa a ditar regras para sociedade. Na baixa Idade Média, a Igreja se torna uma poderosa instituição, organizando seu sistema de cobranças e fiscalização de tributos. Apesar do Estado não estar de “acordo” com esse sistema de cobranças da Igreja, ele não tinha mais tanta “força” para ir contra ela, conseguiam debater forças de igual para igual, até conseguir se tornar independente do Estado.

Após a Igreja ter se tornado uma grande instituição independente, a Cristandade começa a julgar “errado” atitudes contrárias aos seus ideais, qualquer minoria que se via contra a Igreja ou Estado era preciso ser “controlada”. As punições para quem fosse contra as ideologias da Cristandade eram variadas, poderiam ser a excomunhão, exílio, prisão perpétua entre outros. Nada que não fosse aceito pela Cristandade era permitido, assim mantinham a ordem social.

Até então, podemos perceber o percurso da Igreja até se tornar uma Instituição ao ponto de debater de com forças iguais ao Estado. Como estratégia, foi submissa, doando terrenos e templos, e aos poucos foi sendo reconhecida, até chegar ao ápice do poder na sua época.

Para que possamos nos aprofundar um pouco mais na história da Igreja Cristã Católica, avançaremos um pouco a um ponto de interesse específico, mais objetivamente o século XIV em Portugal. Faz-se necessário citar o artigo ‘A influência da ideologia católica no Estado feudal português: a manutenção das condições materiais de produção feudais e suas consequências (superestruturais) para a cultura e para educação’, de Ricardo Antunes de Sá (1996), Doutor em Educação pela UNICAMP e Professor do Departamento de Planejamento e Administração Escolar e Universidade Federal do Paraná. Em seu artigo, o Prof. Ricardo Antunes destaca que nessa época o Mercantilismo estava em desenvolvimento quando:

Surge uma determinada classe social que passará a deter uma grande concentração de riqueza (Capital Mercantil), que residirá no burgos ou futuras cidades. Essa classe que se tornara hegemônica, empreenderá a expansão do mercado comercial, consolidando esse modelo de desenvolvimento que, dialeticamente, infundirá novas possibilidades e necessidades materiais de desenvolvimento científico, que por sua vez criará condições objetivas concretas para o surgimento de um novo modelo de produção, que irá se desenvolver e superar o Feudalismo (1996, p. 98).

Apesar do desenvolvimento do Mercantilismo, Portugal resiste à superação do modelo feudal. “Os portugueses permanecem “presos” ao “velho modelo” (SÁ, 1996, p.

98). O Brasil se encontra nesse momento como um feudo da metrópole, por ser colônia de Portugal, fornecendo matéria-prima para acumulação de capital, ou seja, apesar de um modelo antigo (Feudalismo), Portugal estava em processo de desenvolvimento rumo a nova base do capitalismo, porém, algo o impedia de progredir. Este “entrave” à transformação devia-se ao próprio funcionamento da Igreja em meio ao poder do Estado.

A Igreja católica possuía o controle da base ideológica de Portugal, assim como, possuía um forte controle sobre a economia feudal de Portugal. Assim, a Igreja resistia diante da ameaça de perder seu posto de Senhora Feudal diante do desenvolvimento do Mercantilismo, lutava com todas suas forças para que o Feudalismo continuasse como sistema principal e único. Caso o capitalismo se tornasse absoluto em Portugal, os donos de terras perderiam seu “poder” perante o capital, e assim, obter terras começaria a deixar ser “valioso”, mais valor teria quem tivesse maior capital acumulado. Portanto, da mesma forma que a Igreja “lutou” para se tornar aliada do Estado como fez em torno do século XI, até conseguir se tornar a grande Senhora Feudal, ela passa a lutar para manter seu poder.

Para o autor “O poderio da Igreja estava tão imbricado com as relações sociais e de produção, bem com os interesse do combalido Estado monárquico, que “reteve” os portugueses em uma cultura e em uma concepção medieval de sociedade” (SÁ, 1996, p. 100).

Assim, Brasil e Portugal estavam imersos na ideologia Cristã impedindo que o Feudalismo fosse “vencido”. A Igreja exerceu sua hegemonia enquanto aparelho ideológico do Estado Português juntamente com Brasil sendo colônia na época.

Para satisfazer ao foco da presente análise, faz-se necessário mais um avanço no tempo, conforme o intuito de identificar possíveis estratégias da Igreja Cristã para manter sua condição política. Iremos agora para a época da Proclamação da República, nesse período a monarquia dar lugar ao Capitalismo, às ideias republicanas e à doutrina positivista. Desse modo, as concepções renovadas de Conhecimento, Ciência e a Razão constituíam-se em oposição ao pensamento predominante no antigo Regime Europeu marcado pela associação entre Monarquia e a Igreja Cristã Católica. Para estudar princípios específicos da mudança de pensamento durante a Proclamação da República, vale mencionar a tese ‘Estado laico, Igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas e religiosas (1890 – 1930)’, de José Pereira de Sousa Junior, Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, para ele:

(...) o que aconteceu foi que a doutrina positivista – baseada nas ciências exatas, no conhecimento racional e pregando a ordem e o progresso – contrapunha-se às ideias românticas e não muito objetivas que caracterizavam o segundo Império. A doutrina positivista correspondia de certa forma a um anseio generalizado das camadas letradas do país que esperavam do governo projetos mais consistentes, [...] que favorecessem o liberalismo. [...] Oferecendo mudanças, que passavam pela separação entre Igreja e Estado, pelo trabalho e educação para todos (...) (2015, p. 84).

A Proclamação visando essa mudança ideológica, foi recebida com desfiles, e euforia em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte por exemplo, pois já possuíam Republicanos lutando pela causa, porém, a notícia da Proclamação chega a Paraíba com indiferença segundo Sousa Júnior.

Sobre a Paraíba, a maioria dos autores registra o total desconhecimento do movimento. Edgard Carone (1977, p. 42) escreve: —As notícias sobre a proclamação da República chegam a Paraíba num clima de total indiferença, pois não existe no Estado nenhum movimento republicano (...) diferente das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais que foram marcadas por festas e desfile militar (2015, p. 86).

Segundo o autor, na Paraíba não existia nenhum grupo Republicano. A maioria ou toda a população era monarquista. A ideologia da Igreja estava por todo pensamento paraibano, ainda estavam voltados ao pensamento “antigo” lembrando o ocorrido com Portugal, quando a Igreja Cristã fez o que podia para atrasar o avanço ao capitalismo, fazendo Portugal continuar no Feudalismo para que a Igreja não perdesse seu poder. Da mesma forma ela fez com a Paraíba, “impregnando” sua ideologia “antiga” na sociedade, impedindo de evoluir ideologicamente e socialmente. Assim, como pode-se constatar:

As análises nos leva a pensar que o movimento e as vozes republicanas em terras paraibanas não encontraram campo fértil para vingarem e não encontraram muita recepção no seio da sociedade e dos políticos mais influentes, que na sua maioria eram monarquistas e ainda viviam o saudosismo monárquico, inclusive o jornal que circulava a época tinha conteúdo monarquista, a saber, o Jornal da Paraíba. Enquanto os jornais Gazeta do Sertão, Gazeta da Paraíba, fundados em 1888 por Eugênio Toscano de Brito e Irineu Joffily continha ainda de forma tímida ideais republicanos (OLIVEIRA, 2015, p. 86).

Com isso, esboçamos aspectos sobre a influência política da Igreja Católica desde a antiguidade, passando pelo antigo Regime europeu, colonização portuguesa e a Proclamação da República brasileira. Para além do interesse historiográfico, a referida indicação sobre a Igreja Católica ao longo da história indica a participação desta doutrina

religiosa na composição do imaginário coletivo, principalmente da população mais pobre. Nesse sentido, será abordado a seguir o Nordeste e a relação do povo com a religião, especificamente a católica.

Faz necessário mencionar o artigo ‘Fé e pragmatismo no sertão’, do Professor Doutor Emilio Tarlis Mendes Pontes (2014), pois como mencionado, nossa análise será direcionada para o Nordeste, e o artigo de Pontes, nos fornece informações necessárias para complemento desse estudo. O autor traz informações sobre a religiosidade do povo nordestino, bem como da doutrina da Igreja praticada na região. Então o artigo de Pontes irá embasar com mais exatidão essa doutrinação praticada pela Igreja na região do nordeste. Além de nos informar que 67,84% dos brasileiros são adeptos da religião católica, o artigo acrescenta que “a tradicional pobreza brasileira (áreas rurais do nordeste) é assistida por programas sociais e continua católica” (PONTES, 2014). O autor esclarece que a ligação entre política e religião está presente no Nordeste. Uma “aliança” que iniciou nas primeiras décadas, ou seja, proveniente da ligação entre Igreja e Estado (examinada anteriormente), sendo perpetuada no nordeste nos dias atuais. Segundo o artigo, é na área mais pobre, que o povo permanece com sua religião católica. É na fraqueza dos pobres que a Igreja faz seus ensinamentos religiosos, pois percebe um ambiente mais “fácil” de atrair o povo para sua crença.

Esse não letramento religioso é resultado do cristianismo, principalmente da atuação heterônoma, que conduz essa prática e impossibilita um ensino e educação religiosa – e, por conseguinte, sócio-político-cultural esclarecida, típico do encontrado no universo sertanejo, onde é visto manobras político-eleitoreiras mancomunadas com figuras religiosas míticas para proveitos torpes (PONTES, 2014).

Percebe-se que o poder da Igreja vem se fragmentando ao longo do tempo. Apesar de diferente da hegemonia do antigo regime europeu, a Igreja Católica resistiu à passagem do Feudalismo ao Capitalismo. Assim, a doutrina religiosa Católica ainda tem uma grande forma ideológica presente no povo. No caso da Paraíba, a doutrina religiosa católica torna-se parte da cultura local a ponto de provocar certo “repúdio” diante da notícia da Proclamação da República por conta da nova ideologia contrária aos ideais já instalados pela Igreja na sociedade.

Além disso, o autor nos ensina que a Igreja começa a “investir” no imaginário da população nordestina. Para o autor, este efeito é como um tipo de “hipnose ideológica”, e considerando esse contexto, a “A educação religiosa do sertanejo é fruto da

dogmatização católica muitas vezes associada a um palavrório incompreensível que leva a uma acomodação mental e espiritual” (PONTES, 2014).

Parece coerente a resistência da Igreja Católica à Proclamação da República, de maneira semelhante ao que ocorrera na passagem do Feudalismo ao Mercantilismo europeus. Portugal, mesmo diante de contradições econômicas e históricas, constituía-se em Metrópole europeia.

Conforme observamos antes, a influência da Igreja foi um entrave para a superação do Feudalismo. Por outro lado, a herança colonial parece somar novas complexidades à disputa pelo poder. Dentre outros reflexos, a instalação da República brasileira implicou na separação entre Estado e Igreja Católica. Por sua vez, a Igreja estava interessada em defender os próprios interesses. Para isso, intensifica a mencionada “dogmatização católica”. Desse modo:

Mesmo com o avanço nos textos oficiais, nota-se incipiente sinalização da hierarquia católica que pretenda a curto ou médio prazo refazer esses conceitos, pois significa possibilidade de perder poder e influência. Isto vem desde o português “colonizador” que desenvolvia no sertanejo (PONTES, 2014).

A Igreja Católica busca assegurar sua estabilidade através da fé, lealdade e compromisso do povo. A metodologia utilizada era a repetição dos ritos de credos, uma religiosidade apoiada nos costumes trazidos pela própria Igreja, sendo proferidos ao seu bel prazer.

O sertanejos construíam sua fé baseados nos costumes e credos “criados” pela Igreja, com base no sentido mítico da existência, com santos, almas, deixando o povo dependente do mundo da transcendência, e conseqüentemente a Igreja. Esses costumes pertencentes à Igreja eram organizados como textos oficiais no qual cita o autor em seu trecho acima. Essa dependência do povo ao divino, era necessária para que a Igreja continuasse no poder, pois com o passar do tempo, ela começa a se “desvincular” do Estado, principalmente com a Proclamação da República, e começa também a perder sua força, porém o que Pontes nos indica é que a Igreja começou a criar novos mecanismos para se manter no poder. Começa então, a dogmatizar os povos mais pobres, através dos ritos e costumes repetitivos, ou seja, começa a inserir os dogmas da Igreja no povo, transformando sua ideologia favorável para deixar o povo “preso” a Igreja, tal ritual era conhecido como a dogmatização.

Vale ressaltar agora a obra ‘Auto da Compadecida’ e analisar de qual forma essa análise sobre a Igreja pode nos aproximar a obra. Podemos de início perceber a dependência do povo à Igreja, quando a mulher do padeiro quer benzer o cachorro antes de sua morte, ou quando o Major quer benzer seu filho por estar doente. Citamos também o Severino de Aracajú, que pela sua devoção e fé no que era celestial, que decidiu morrer, para conseguir estar com seu santo Padre Cícero. Conforme demonstra as falas das personagens.

João Grilo: - Eu lhe dei uma oportunidade de conhecer meu Padrinho Padre Cícero e você me paga desse modo!

Severino: - De conhecer meu Padrinho? Nunca tive essa sorte. Fui uma vez ao Juazeiro só para conhecê-lo, mas pensaram que eu ia atacar a cidade e fui recebido à bala.

João Grilo: - Mas pode conhecê-lo agora.

Severino: - Como?

João Grilo: - Seu cabra vou lhe dá um tiro de rifle, você vai visitá-lo. Então eu toco na gaita e você volta (...)

Severino: - Sua ideia é boa, mas por segurança entregue logo a gaita a meu cabra (João entrega a gaita), agora eu levo um tiro e vejo meu Padrinho?

João Grilo: - Vê, não vê, Chicó?

Chicó: - Vê demais, está lá, vestido de azul, com uma porção de anjinhos em redor. Ele até estava dizendo: “Diga a Severino que eu quero vê-lo”.

Severino: - Ai, eu vou. Atire, atire! (SUASSUNA, 1990, p. 125 e 126).

Severino aceita morrer, acreditando que irá para o céu encontrar com santo Padre Cícero, a herança da Igreja tomando conta da imaginação do sertanejo, aproveitando-se de sua pobreza para deixá-lo dependente dos seus dogmas. Severino é um home pobre, que por falta de oportunidade virou cangaceiro, e sua única sua religião era algo que lhe confortava, ao ponto de morrer para conseguir chegar perto do santo, era essa dependência que a Igreja queria deixar como ensinamento para os sertanejos.

Outra conexão de interesse é entre a Igreja Católica e Major Antônio Moraes, o qual foi observado como um homem que possui uma ampla relação com Estado como citamos no capítulo anterior. Assim, foi analisada a relação direta do Major com o Estado a partir de suas minas, e considerando sua autoridade local com o Estado, o padre e a Igreja. Podemos aproximar a época em que a Igreja perde o Estado como aliado e começa a investir na dogmatização do povo, para permanência do poder.

Antônio Moraes: - voltando, Ah, padre, estava aí? Procurei-o por toda parte.

Padre: - Ora quanta honra! Uma pessoa como Antônio Moraes na Igreja! Há quanto tempo esses pés não cruzam os umbrais da casa de Deus! (SUASSUNA, 1990, p. 42).

No trecho acima, percebe-se o modo gentil e acolhedor com que o padre trata o Major. A Igreja recebendo uma pessoa ligada ao Estado em sua casa novamente depois de tanto tempo, e recebendo de “portas abertas” pois essa boa relação é de total interesse para Igreja. Depois da Igreja ter perdido ligação com Estado, ter uma pessoa como Major Antônio Morais, uma autoridade em sua casa, era como estar criando laços novamente com uma pessoa ligada ao governo. Em outro trecho da obra podemos confirmar nossa análise. O bispo reclama com padre por estar mal tratando o Major. Logo agora em que o Antônio Morais visita a Igreja, o padre o recebe de forma negativa, mesmo sem intenção.

Bispo: - Quanto ao senhor, Senhor João Grilo, vai ver agora o que é administrar. O senhor vai se arrepender de suas brincadeiras, jogando a Igreja contra Antônio Morais. Uma vergonha, uma desmoralização! (SUASSUNA, 1990, p. 83).

João Grilo mente para o padre, afirmando que o Major iria procurá-lo para benzer sua cachorra, quando na verdade era seu filho que o major queria benzer. O padre acaba se enganando e assemelhando a mulher do Major com o animal. O Bispo logo o repreende com receio de não ter mais o Major uma autoridade local ligado ao Estado dentro da Igreja.

Outra relação de interesse é a ligação do ‘Auto da Compadecida’ e o artigo de Pontes (2014), na questão dos ensinamentos religiosos feitos no mais pobres (Dogmatização) com intuito de firmar o poder perante os que desconhecem a doutrina. Em vários trechos da obra conseguimos perceber essa ideologia cristã impregnada na mente do povo. Destacamos um trecho do João Grilo, no qual percebemos o tratamento dele com a Compadecida.

Manuel: - E eu, João? Estou esquecido nesse meio?

João Grilo: - Não é o que eu digo, Senhor? A distância entre nós e o Senhor é muito grande. Não é por nada não, mas sua mãe é gente como eu, só que gente muito boa, enquanto que eu não valho nada (SUASSUNA, 1990, p. 173).

Percebemos a herança da Igreja ao firmar a religiosidade na mente do povo nordestino, a sua fé em seres celestiais e na devoção e respeito pela Igreja. João relata sua devoção a Compadecida e Jesus, colocando a Compadecida como “gente como eu” a santa intercessora que conhece as dores do homem. E mostra sua devoção a Jesus, como um deus celestial acima de qualquer “igualdade” com o homem (SUASSUNA, 1990).

Outro ponto de interesse, se passa no início da obra, quando o personagem palhaço declara que o ator que irá representar Jesus se acha indigno do papel, juntamente com a atriz que irá representar a compadecida.

A Compadecida: - A mulher que vai desempenhar o papel desta excelsa Senhora, declara-se indigna de tão alto mister. Toque de clarim. (...)
 Palhaço: - Auto da Compadecida! O ator que vai representar Manuel, isto é, Nosso Senhor Jesus Cristo, declara-se também indigno de tão alto papel (...) (SUASSUNA, 1990, p. 23).

O Respeito pela crença, a herança da Igreja ao povo, sua fé a Deus não permite ou os deixam desconfortáveis ao se assemelhar a Jesus, esses ensinamentos fazem com que as “personagens” se sintam indignas de tal ofício. A ideologia herdada da Igreja Cristã ao nordestinos fica clara nos trechos de alguns personagens, como também na estética da obra em si. O fato de ter um julgamento final, possuir personagens como Jesus, Compadecida, o Encourado ou o diabo, até mesmo os personagens da Igreja, como o padre, bispo e sacristão.

5 EM BUSCA DE UM CONCEITO DE POVO BRASILEIRO

Em vista das atitudes como a opressão praticadas pelos personagens poderosos e ricos na obra ‘Auto da Compadecida’ como o Major Antônio Moraes e o padeiro, faz-se necessário analisar a situação do João Grilo e do Chicó enquanto povo, pobres, brasileiros e reféns dos opressores. Para isso, buscaremos conceitos do termo “povo” de forma a integrar a nossa análise junto a obra ‘Auto da Compadecida’.

O termo “povo” pode ser avaliado e conceituado de algumas formas diferentes como iremos perceber com decorrer da análise. Um ponto interessante para a pesquisa é a ambiguidade do próprio termo “conceito” que pode ser em forma de definição ou reputação. Podemos conceituar algo no sentido denotativo, de definir algo (definição), ou podemos também definir alguém ou alguma coisa como “bom” ou “ruim” pela sua reputação. Assim, nosso interesse é definir o povo de acordo com sua definição e reputação.

É válido atribuir ao estudo o artigo ‘O povo brasileiro: ensaio historiográfico’ do Professor da PUC do Rio de Janeiro, Francisco J. Calazans Falcon, um escritor, historiador e museólogo. O autor faz um estudo em seu artigo sobre os diferentes conceitos da palavra “povo” e as origens do brasileiro, onde afirma que o povo brasileiro

é formado pela junção do branco e o índio, colocando o índio como os primeiros brasileiros.

O autor também nos indica algumas definições de “povo” ordenando em quatro tópicos, o primeiro é no sentido de coletivo, “povo” como “população”, formando um conjunto de habitantes de um território, como pessoas que moram em determinados espaços ou regiões. O Segundo tópico aponta o “povo”, como segmento ou grupo social distinto e equivalente, no esquema trifuncional, ao “terceiro Estado”, ou “braço popular”, da sociedade de ordens, típica do Antigo Regime”, isto é, os “homens bons”, os naturais do país, os reais moradores de determinada região (FALCON, 2000, p. 33).

O terceiro tópico é a definição de povo conceituado pela sua reputação. Usando no sentido negativo, o “povo” designado como a classe pobre, que pertencem as camadas inferiores da sociedade. O quarto tópico é o inverso do terceiro, o conceito da palavra de acordo com sua definição, “povo” como conjunto de cidadãos que são soberanos da democracia. Esses dois últimos tópicos que nos interessa para fundamentação da presente análise, uma palavra com significados diferentes de acordo com a definição ou reputação. O terceiro tópico, se refere ao povo que pertence a terra, diferentes dos nobres e ricos, apesar de ambos serem da “terra” se diferenciam pela as riqueza ou poder. Uma ambiguidade, pois no quarto tópico o mesmo “povo” são “os legítimos depositários do poder soberano e constituinte” (FALCON, 2000, p. 33).

Para que possamos nos aprofundar nessa definição, podemos citar um artigo onde o termo “povo”, é definido de acordo com a democracia, buscando o conceito de acordo com sua definição. O artigo de Bruno Marco Zanetti, Procurador do Município de Diadema/SP; Advogado; Especialista em Direito Constitucional e em Direito Processual Civil. Que tem como título “DEMOCRACIA”. O artigo analisa a democracia e seus sistemas de participação popular, e divide a democracia em direta, indireta e semidireta. Desse modo, será indicado os principais pontos dos diferentes tipos de democracia para que possamos perceber de qual forma o “povo” em seu conceito denotativo, participa do processo político.

Primeiramente, o autor analisa a democracia, afirmando que também tem suas nuances e modificações com o passar do tempo, e que, segundo ele, nunca foi plenamente alcançado, mas que evolui a cada tempo. “Nesse diapasão, a democracia foi proclamada como um dos direitos universais e fundamentais do homem, como um regime político em que o poder repousa na vontade do povo”. Desde sua criação até suas modificações, o

princípio da democracia sempre foi o povo como centro, o homem como peça fundamental e sujeito da soberania democrática.

Passamos agora para os diferentes tipos de democracias, a primeira foi a democracia direta, esta está ligada diretamente na participação ativa do homem, participando pessoalmente das decisões.

O início da democracia direta foi em Atenas na Grécia durando cerca de dois séculos, e foi caracterizado pelo único sistema que realmente firmou seu propósito democrático, pois os homens iriam pessoalmente opinar e interferir na política. Porém, esse sistema tinha suas limitações para que tivesse êxito, o ponto principal para que a democracia direta não evoluísse para outros países foi “o grande número de cidadãos que integravam a sociedade, fatos que acabaram tornando inviável o comparecimento e efetiva participação de todos eles na vida política” (ZANETTI, 2013).

A questão da quantidade de pessoas em cada região, juntamente com o tamanho demográfico, impossibilitaria que todos chegassem até o local, sendo um povo numeroso não suportaria, acabaria impedindo que todos tivessem “voz”.

O segundo tipo de democracia é a indireta, a qual podemos assemelhar a que temos nos dias de hoje. Para resolver a questão da grande quantidade populacional de determinadas regiões, foram adotadas pessoas que poderiam ser representantes do povo. Por isso também é chamada de democracia representativa.

Neste passo, foi arquitetado um meio pelo qual a vontade popular continuaria sendo a pedra fundamental que justifica o poder estatal, contudo, esta vontade passaria a ser representada por pessoas eleitas periodicamente, que passam a gozar das prerrogativas e responsabilidades de exercer as funções políticas, em nome da vontade geral (ZANETTI, 2013).

Foi encontrado uma forma, para que o povo continuasse “sendo ouvido”, isto é, o povo ainda estava no centro da democracia, eram escolhidas pessoas para que por meio do voto representasse a vontade do povo.

No que se refere ao processo, podemos afirmar que o povo é representado por alguém previamente escolhido pela “maioria”, configurando-se como uma atitude democrática. O povo como um conjunto de pessoas, se unindo para escolher seus representantes, contudo, começaram a perceber que o interesse do povo não está sendo realmente transmitido por seus representantes. Ao ser eleito pelo voto do povo, seu poder não poderia ser revogado até um certo tempo de mandato, bem como seus atos não são reavaliados e restituídos por seus eleitores. Por essa razão, se percebia um distanciamento

entre os representantes e os interesses do povo, e por isso, foi criado o terceiro tipo de democracia.

Essa junta de elementos da democracia direta, aquela na qual possui o povo representando pessoalmente seus interesses ao Estado, com elementos da indireta, atribuindo ainda sua representação através do voto, resultando na democracia semidireta ou participativa. Além de ainda existir o voto para eleger seu representante, o povo ainda poderia expressar sua vontade diretamente. A democracia direta foi criada para tentar aproximar o povo nas decisões do Estado, ou seja, sempre buscando colocar o povo como primordial para democracia, sem ele o sistema ficaria frágil ou inexistente.

Podemos analisar o conceito no sentido de definição do “povo”, que é voltado para sua soberania democrática, o povo como elemento principal. Porém, podemos perceber que nem sempre o “povo” é tratado como soberano, seja na sua reputação ou também como sujeito da democracia. Os autores Daury Cesar Fabríz, Mestre e Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da UFMG e Cláudio Fernandes Ferreira, Graduando em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG; monitor de Teoria Geral do Estado, ponderam em seu artigo “Teoria geral dos elementos constitutivos do Estado” (2001), sobre o povo e sua atuação no Estado. No artigo, os autores examinam a relação entre a democracia que vivemos (democracia indireta) e o povo e suas vontades. Fabríz e Ferreira (2001), afirmam que existem problemas nessa forma democrática indireta, mais especificamente no ato do voto, para eleger seus representantes, a “atual noção de democracia, nascida com a Revolução Francesa, ignora por completo as autênticas assembleias populares e aclamações em que o povo esteja realmente reunido para deliberações públicas”.

Os autores afirmam que a vontade do povo não está sendo ouvida, inclusive que os votos para eleger seus representantes não se confirma como um ato democrático. Não se tratando de um coletivo, o voto de cada um se torna um ato individual, contrariando os princípios democráticos, os quais necessariamente precisam ser o império da opinião pública segundo os autores. “Logo, o método do sufrágio secreto não é democrático e sim expressão do individualismo liberal” (FABRIZ; FERREIRA, 2001). Não se tratando de um coletivo, o voto de cada um se torna um ato individual, indo em contra aos princípios democráticos, o qual necessariamente precisa ser o império da opinião pública segundo os autores.

Um termo com diferentes atribuições, cuja reputação não chega a ser considerada positiva. E a definição (de povo), apesar do ideal de soberania, acaba não exercendo suas

funções democráticas na prática como deveria. Percebe-se que após a democracia direta, em Atenas na Grécia, inicia-se um processo de modificação da democracia e o “povo” se vê em um local menos favorecido. Com a democracia indireta, a utilizada no Brasil nos dias de hoje, o “povo” pelo qual deveria ser voltado para o bem comum democrático, colocando o “povo” como centro do sistema, começa a não ser ouvido como deveria. Mesmo em seu conceito (definição) como soberano a democracia, o povo começa a perder seu valor, seus representantes eleitos pelo voto popular, não expressam a real vontade do “povo”.

Vale ressaltar o ‘Auto da Compadecida’ para que possamos fazer algumas análises sobre o conceito de “povo” na obra. Será observado como o termo é utilizado de formas diversas por alguns personagens.

Iniciaremos com as quatro definições citadas pelo autor Francisco Calazans, umas delas pode ser percebida na fala do personagem Chicó. “Não sei, só sei que foi assim. Mas deixe de agonia, que o povo vem aí” (SUASSUNA, 1990, p. 56). Chicó utiliza o termo “povo” como no sentido de coletivo como diz a primeira definição do autor. O termo referido pelo personagem se refere a um coletivo de pessoas. Não entra nos conceitos de definição ou reputação.

Em outro trecho, Chico usa o termo como definido pelo autor na segunda definição de “povo”. A qual se refere aos “verdadeiros” moradores de sua região. O personagem “Palhaço” especifica quem ele está querendo chamar de “povo”.

Palhaço: - ao escrever esta peça, onde combate o mundanismo, praga de sua Igreja, o autor quis ser representado por um palhaço, para indicar que sabe, mais do que ninguém, que sua alma é um velho catre, cheio de insensatez e de solércia. Ele não tinha o direito de tocar nesse tema, mas ousou fazê-lo, baseado no espírito popular de sua gente, porque acredita que esse povo sofre, é um povo salvo e tem direito a certas intimidades. Toque de clarim (SUASSUNA, 1990, p. 22).

O termo é usado para determinar os moradores de uma determinada região, aparentemente pelos que moram no Nordeste, pois como o autor é nordestino e está sendo representado pelo personagem citado, ele afirma está falando de “seu povo”. Pode-se perceber também nesse trecho, uma semelhança a quarta definição de “povo” citada pelo autor Francisco Calazans, conceituando pela sua definição. O “Palhaço” afirma que o “povo” tem direito a certas intimidades, atribuindo valores ao “povo”, uma aproximação com o “poder” que o “povo” possui como sujeito da democracia, uma ambiguidade quando contrastamos com o tratamento diferenciado entre o rico e o pobre.

O “povo” conceituado pela sua reputação, como classe pobre, sendo humilhada pela sua condição. No trecho a seguir, nota-se como essa diferença entre ricos e pobres é comentada pelos personagens do ‘Auto da Compadecida’

Chicó: - é, o cachorro já estava morto, mas você sabe como esse povo rico é cheio de agonia com os mortos. Eu, às vezes, chego a pensar que só quem morre completamente é pobre, porque com os ricos a agonia continua por tanto tempo depois da morte, que chega a parecer que ou eles não morrem direito ou a morte deles é outra (SUASSUNA, 1990, p. 86).

Chicó comenta sobre a morte do cachorro, ele acredita que pode existir diferença entre a morte do rico e do pobre, por passar “mais tempo” sofrendo a morte dos familiares. O pobre precisa trabalhar para sobreviver, não consegue passar tempo necessário sofrendo a morte de seus entes queridos. Por outro lado, o ricos já possuem o necessário para sobrevivência, pode ter o “luxo” de permanecer no luto por mais tempo. Em outro trecho essa separação de classes também é notória.

Severino: - Muito bem, como é o nome de Vossa Senhoria?
 João Grilo: - Minha Senhoria não tem nome nenhum, porque não existe. Pobre tem lá tem senhoria, só tem desgraça.
 Severino: - Diga então o nome de Vossa Desgracência.
 João Grilo: - João Grilo. (SUASSUNA, 1990, p. 119 e 120)

João Grilo responde para o Severino que pobre não possui senhoria, apenas desgraça. Pobre não tem valor, o básico para sua sobrevivência é negado, pois o salário não é suficiente para custear sua comida e sua moradia. Nem mesmo um nome o pobre tem, vive sempre a margem da sociedade, sendo sinônimo de desgraça, essa falta de nome expressa a extrema pobreza de povo que basicamente não “existe”.

Em alguns trechos podemos analisar como o “povo” é tratado pela sociedade rica, pelos nobres, que desvalorizam os trabalhadores, os responsáveis pelo funcionamento da democracia, um “povo” que deveria ser ao menos respeitado como cidadão, um “povo” que por vezes não gozam de seus direitos básicos, sendo esquecido pela Estado e menosprezado pela classe social mais alta.

João Grilo: - Ladrão é você! Presidente da irmandade, três dias passei em cima de uma cama, tremendo de febre. Mandava pedir socorro a ela e a você e nada. Até o padre que mandei pedir para me confessar não mandaram, e isso depois de passar seis anos trabalhando naquela desgraça! (SUASSUNA, 1990, p. 102).

João Grilo em sua fala, confirma o desprezo que seu patrão possui por ele, ao deixar doente sem a mínima assistência, e com todo esse tratamento desumano, João ainda permanece 6 anos trabalhando com ele, afirmando sua necessidade e falta de opções de trabalho, precisando trabalhar em um ambiente hostil para sua sobrevivência. Em contrapartida, observa-se a exploração da classe pobre, em um trecho no qual o personagem Severino de Aracaju se refere ao “povo” podemos associar a definição de povo pela sua soberania política democrática.

Severino fala ao Cangaceiro: - Aponte o rifle para esse amarelo, que é desse povo que eu tenho medo. (Entrega o punhal a João sob a mira do Cangaceiro.) E agora? (SUASSUNA, 1990, p. 121).

Severino afirma ter medo do “povo”, se referindo ao João grilo, isto é, é dos pobres que ele tem medo, do povo que possui a soberania política. Severino mata o padeiro, homem rico na região e, também, os representantes da Igreja, mas ao fim quando chega sua vez, João tenta se safar da morte com sua inteligência. Severino é um cangaceiro, homem pobre e nordestino, reconhecendo a força do “povo” pobre.

A classe pobre sempre foi o ponto principal da democracia (o “povo”), mas junto a isso sempre foi explorado. Existe ao menos uma ambiguidade nessa visão do “povo”. Podemos fazer uma ligação com a dogmatização da Igreja (ponto de interesse na pesquisa), que usou o povo como massa de manobra política e cristã, que encontrou nos pobres e ignorantes um terreno fácil de se infiltrar com sua ideologia, a fim de se manter no poder, um povo que deveria ser imponente perante o Estado e a Igreja, estava mais uma vez sendo enganado e explorado.

Podemos associar a definição de povo, como soberano perante a democracia com a exploração sofrida dentro da obra ‘Auto da compadecida’. Pode-se perceber que o padeiro por exemplo, explora João Grilo e o Chicó, “membros do povo”, tratando-os como pessoas insignificantes, quando deveriam estar no topo da soberania. Não digo este acima do patrão, mas superior na visão política, afinal, o povo é a base da economia e da democracia.

Também como citado no início do trabalho, a exploração praticada pelo Major Antônio Moraes, que trata todos com desprezo por conta da sua riqueza. João Grilo e Chicó foram explorados por ele, seja em suas minas, onde a menção de João ter trabalhado nelas, ou mesmo na forma de falar, de se retratar com o povo, sempre com sua ignorância e arrogância, se colocando acima de tudo e de todos.

João Grilo: - Cale a boca, besta. Não diga uma palavra e deixe tudo por minha conta. (Vendo Antônio Moraes no limiar, esquerda.) Ora viva seu major Antônio Moraes! Como vai Vossa Senhoria? Veio procurar o padre? (Antônio Moraes, silencioso e terrível, encaminha-se para a Igreja, mas João toma-lhe a frente. Se Vossa Senhoria quer, eu vou chamá-lo (Antônio Moraes afasta João do caminho com a bengala, encaminhando-se de novo para a Igreja). João, aflito, dá a volta, tomando-lhe a frente e fala, como último recurso). É que eu queria avisar para Vossa Senhoria não ficar espantado: o padre está meio doido (SUASSUNA, 1990, p. 39).

João tenta comunicação com o Major, mas é afastado com a bengala com desprezo, responde apenas por se tratar de um assunto que o interessou, ou seja, o povo que praticamente não tem existência política sendo explorado pelos ricos. Um povo que sempre sofreu pela sua ignorância, João grilo representa todo o povo que sofre, que é explorado, mas que tem o poder de mudar. A definição é totalmente o oposta à realidade, é Constitucional o a soberania do povo, mas pela ignorância, pela tradição de opressão e medo que o povo continua sofrendo, ainda estão “hipnotizados” não apenas pela Igreja, mas pelos ricos, pelos políticos, pelo Estado com a tradição de que o povo tem que trabalhar e servir. Em lugar da democracia pela soberania do povo, as classe dominantes impõe a ele (ao povo) a subserviência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monografia foi baseada numa leitura crítica da obra do professor, romancista, dramaturgo e poeta, Ariano Suassuna, intitulada de ‘Auto da Compadecida’. A obra escrita em 1955, teve sua primeira montagem em 11 de setembro de 1956, no Teatro Santa Isabel pelo Teatro Adolescente do Recife. A leitura crítica tem a intenção de abordar apontamentos sobre o ‘Auto da Compadecida’ que conta a história de Chicó e João Grilo, dois amigos pobres que para sobreviver envolve todos da cidade em suas artimanhas. Os apontamentos foram discutidos a partir da exploração sofrida pelo povo, representados pelos amigos João Grilo e Chicó.

Dividimos nossa abordagem em quatro tópicos, a fim de criar uma linha de pensamento facilitando o entendimento. O primeiro tópico chamado de “um breve panorama da obra do auto” aborda as principais obras de Ariano Suassuna e um pouco de sua vida, para que possamos compreender a ligação do autor com a arte. Citamos o autor Fábio Silvestre Cardoso, que fala sobre a infância de Suassuna, que após a morte de seu

pai ainda criança, precisou morar em Taperoá, sertão da Paraíba com sua família, onde conheceu a cultura nordestina, no qual foi inspiração para suas obras.

A neta de Suassuna, Ester Suassuna Simões, é uma das principais pesquisadoras a respeito de Ariano Suassuna, juntamente com o poeta, ficcionista, ensaísta e professor universitário brasileiro Carlos Newton Júnior, ambos autores foram citados nesta dissertação com intuito de realizar uma breve abordagem sobre a biografia de Ariano Suassuna, juntamente com suas principais obras, como *O Santo e a Porca em 1957*, *a Farsa da boa preguiça em 1960*, o romance ‘A Pedra do Reino’ em 1971 entre outros.

É possível perceber em várias obras de Suassuna a herança da cultura nordestina, como cita Fábio Silvestre Cardoso, como a literatura de cordel, a xilogravura e a oralidade por exemplo. Essa cultura popular no qual conheceu ainda quando criança é expressada também em ‘Auto da Compadecida’.

Após a abordagem sobre a importância da ligação da arte com o autor, entramos precisamente na obra. No segundo tópico analisamos o personagem Major Antônio Moraes e sua relação com todos da cidade. Identificamos uma relação de superioridade acima principalmente dos pobres (João Grilo e Chicó). Citamos o autor José Murilo de Carvalho em seu artigo “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual” (1997), a fim de examinar elementos das dimensões social, política, econômica e histórica na construção de um segmento específico da elite aristocrática brasileira simbolizada pelo personagem Major Antônio Moraes. O autor aborda as diferenças entre cada termo (Mandonismo Clientelismo e Coronelismo), classifica primeiramente o Coronelismo, afirmando ser um sistema de “troca” entre os coronéis e o Estado, ao começar a perder poder o poder sobre o povo os coronéis precisaram se juntar a política, ganhando amplitude de seu poder e cargos políticos em troca de votos.

Logo após, o autor classifica o Mandonismo como sendo aquela pessoa por possuir de uma certa forma mais poder (terras, riquezas ou influência política), manda em tudo e em todos, influenciando inclusive nas leis locais, o “mandão” podendo ser também os coronéis. Ao classificar o Clientelismo, o autor afirma se assemelhar ao Coronelismo por possuir um sistema de trocas, mas se diferencia por sua amplitude, as trocas não necessariamente precisam ser entre Estado e Coronéis, podendo ser apenas entre políticos e o povo, como uma troca de votos por bens pessoais, ou até mesmo bens alimentícios.

Com essa análise do autor José Murilo de Carvalho conseguimos assemelhar as atitudes do Major Antônio Moraes com a classificação de Coronelismo, apesar de possuir características do Mandonismo. O ‘Auto da Compadecida’ menciona os bens do major,

como sendo dono de todas as minas da região, no qual possui parceria com o exterior, colocando o Major consequentemente com ligação ao Estado, além do próprio cargo político (Major). Essa ligação se assemelha a definição de Coronelismo do autor José Murilo, pois o Major, um homem que todos o temem na cidade, sendo respeitado pelo seu poder pelo povo, pelos burgueses e pela Igreja, possui ligação com o Estado e um cargo político, ou seja, possivelmente uma relação de troca com o Estado.

A obra nos mostra a exploração da classe dominante perante principalmente o povo, através da relação do João grilo com seu patrão (o padeiro), com o Major e inclusive com a Igreja. No terceiro tópico, analisamos a possível relação da Igreja Católica Cristã com a exploração sofrida pelo povo. Foi necessário citar autor Carlos Augusto Ferreira de Oliveira com seu artigo “A cristandade: um modelo eclesial de poder”, o autor nos ajuda a entender o princípio da realça o de poder da Igreja, Carlos Augusto afirma que a Igreja cedia terras e templos ao Estado, com intuito de ganhar apoio político e conseguir ampliar seus ensinamentos para mais pessoas, aumentando seus seguidores.

De início a Igreja entra como submissa nessa relação de troca, o Estado recebe votos e apoio ideológico perante seus eleitores em troca a Igreja se tornaria mais divulgada, aumentando seu poder, essa relação da Igreja com o Estado chamado de Cristandade, tornou a Igreja a principal Instituição de toda Idade Média, essa relação durou em torno de mil e seiscentos anos, porém, o cenário começa a mudar e entra em “crise”, a Igreja então começa a perder seu poder perante o Estado.

Recorremos a outros dois autores com intuito de ajudar a esclarecer essa crise da Igreja e conseguir relacionar com a obra de Ariano Suassuna, os autores são Ricardo Antunes de Sá com seu artigo “A influência da ideologia católica no Estado feudal português: a manutenção das condições materiais de produção feudais e suas consequências (superestruturais) para a cultura e para educação”, e José Pereira de Souza Junior com sua tese “Estado laico, Igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas e religiosas (1890 – 1930)”. Para podermos fazer uma relação com a obra, avançamos para uma época onde o mercantilismo estava em ascensão em Portugal na época em que o Brasil ainda era colônia, com intuito de explicar como a Igreja influenciou o Brasil inclusive o Nordeste.

Ricardo Antunes afirma que Portugal possuía todos os recursos para que avançasse para o capitalismo com a nova classe social crescendo (Classe Mercantil), porem algo o impediu de continuar no antigo regime feudal. O autor afirma que a Igreja, por ser umas das maiores senhoras feudais, poderia perder seu poder se o capitalismo

ganhasse força, e como tinha o controle ideológico de Portugal, conseguiu atrasar a evolução. Brasil e Portugal estavam mergulhados nessa ideologia Cristã. A Igreja ao perceber que estava perdendo seu poder, começa a passar sua ideologia para as pessoas, através de seus costumes repetitivos, inicia-se a dogmatização, e com isso conseguiu “dominar” Portugal e o Brasil com sua ideologia.

Assim, avançamos para Proclamação da República, o autor José Pereira, afirma que a Proclamação do Brasil foi recebido por festas no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, porém, a Paraíba recebeu a notícia sem entusiasmo.

O pensamento positivista que visava inclusive a separação da Igreja e Estado praticamente não existia na Paraíba, a cultura religiosa fazia parte da cultura do povo, criando um repúdio a toda ideologia que surgia com a Proclamação.

Para compreender esse contexto paraibano o autor Emilio Tarlis Mendes Pontes traz em seu artigo “Fé e pragmatismo no sertão” a situação do sertão da Paraíba perante o dogmatismo da Igreja. Segundo o autor, os ensinamentos da Igreja era passado principalmente para os mais pobres, pois percebiam sua situação como um local fértil para a dogmatização, Deus como sua única salvação contra a fome e a pobreza. Desse modo, a Igreja conseguia se manter no “poder” ao estar na vida e na cultura principalmente da classe pobre ou do povo. A Igreja fazendo parte da classe dominante, colocando o povo na linha da exploração.

No nosso quarto e último tópico, intitulado “Em busca de um conceito de povo brasileiro”, será feita uma análise a respeito do termo “povo”, no sentido de quem “quem é”, esse povo que é explorado pelas classes dominantes.

O autor Francisco J. Calazans, faz uma análise a respeito do termo “povo” em seu artigo “O povo brasileiro: ensaio historiográfico”, ele analisa as variadas formas de se usar o termo. O autor separa em quatro significados diferentes, o primeiro é utilizado como população ou conjuntos de habitantes, o segundo utilizado como os reais moradores de cada região.

A terceira e a quarta definição são os pontos que nos interessou e ajudou a formular a ligação com o ‘Auto da Compadecida’. A terceira definição é conceituado pela sua reputação, quando queremos designar a classe pobre e a quarta seria seu inverso, utilizado “povo” como soberano a democracia. É sobre o homem como peça essencial para democracia que analisamos junto ao autor Bruno Marco Zanetti ele afirma em seu artigo “DEMOCRACIA”. O autor conceitua o “povo” como soberano, necessário para que a democracia seja completa, nota-se uma ambiguidade e contradição o entendimento

de “povo soberano” e a exploração sofrida. Percebe-se como o povo sofrido tem um “valor” acima da classe dominante, mas sofre pela sua ignorância.

Através das obras dos autores Daury Cesar Fabriz e Cláudio Fernandes Ferreira, nota-se que a vontade do povo na democracia nem sempre é respeitada, a política coloca de lado as necessidades do povo para benefícios próprios. Há a ilusão que por meio do voto e colocando um representante no poder, o povo poderá ser ouvido e seus anseios serão colocados em prática.

A Obra de Ariano Suassuna nos mostra toda essa máquina formada pela Igreja, pelos ricos, pelos burgueses, explorando um povo que é soberano em sua democracia. É possível perceber no ‘Auto da Compadecida’ a “defesa” do povo perante a exploração nas artimanhas do João grilo um pobre nordestino, ao utilizar sua inteligência para criar armadilhas para aqueles que um dia o explorou, como o Padeiro e sua mulher, o Padre, Bispo e Sacristão (classe dominante) e inclusive o encourado (diabo).

É válido pensar, com base nesse estudo a respeito das atitudes de alguns personagens, o “certo e o errado”, o “bem e o mal” temas da ideologia da Igreja, são questionados de uma certa forma na obra de Ariano. Podemos começar com o João grilo, um pobre, explorado pelos poderosos, e que comete atitudes que podem ser consideradas como “erradas”, como o fato de mentir para o Padre afirmando que a cachorra era do Antônio Moraes para que ele aceitasse benzer o cachorro, armando assim para o Major, fazendo com que o padre chamasse seu filho de cachorro, ou até mesmo quando João vende o gato a mulher do padeiro por uma quantia significativa, afirmando que era um gato valioso, quando na verdade era apenas um animal comum.

Considerando a herança cristã sobre o “bem e o mal”, João Grilo possivelmente não entraria como uma boa pessoa, porém, no julgamento final, a Compadecida manda João de volta para a terra, rompendo com a ideologia da Igreja, indicando algo a mais entre o “bem” e o “mal”.

Enquanto ao personagem Severino de Aracaju, trata-se de um cangaceiro, pobre, que perdeu a família enquanto criança, um homem que mata para sobreviver, é o único personagem que Jesus manda diretamente para o céu. Jesus afirma que sua condição social, por ser um homem pobre e ter sofrido em sua vida, ele merecia ser perdoado e ir para o céu, colocando uma opção a mais, como se estivesse “entre” o “bem e o “mal”. A própria condição do purgatório no qual o padeiro, sua mulher e os representantes da Igreja foram colocados, não se define nem como céu nem como inferno, o que de certa forma condiz com os apontamentos acima.

Os estereótipos descritos neste trabalho, como por exemplo o burguês e clero, a obra ‘Auto da Compadecida’ pode nos fazer refletir sobre um “meio termo” que pode está “entre” esses termos estereotipados. Nota-se esse termo no trecho da obra no qual a Compadecida argumenta sobre o padre, o bispo e o sacristão.

Manuel: - Que é que eu posso fazer? Esse aí era um bispo avaro, simoníaco, político...

A Compadecida: - Mas isso é a única coisa que se pode dizer contra ele. E era trabalhador, cumpria suas obrigações nessa parte. Era de nosso lado e quem não é contra nós é por nós.

Manuel: - O padre e o sacristão... Gesto de desânimo.

A Compadecida: - É verdade que não eram dos melhores, mas você precisa levar em conta a língua do mundo e o modo de acusar do diabo. O bispo trabalhava e por isso era chamado de político e de mero administrador. Já com esses dois a acusação é pelo outro lado. É verdade que eles praticaram atos vergonhosos, mas é preciso levar em conta a pobre e triste condição do homem. A carne implica todas essas coisas turvas e mesquinhas, quase tudo o que eles faziam era por medo. Eu conheço isso, porque convivi com os homens: começam com medo, coitados, e terminam por fazer o que não presta, quase sem querer. É medo (SUASSUNA, 1990, p. 173 e 174).

Apesar de existir fatos que vão contra a sua “boa” conduta, a obra nos mostra que não existe apenas dois lados, existe um terceiro no qual também podemos dar atenção. A Compadecida observa não apenas o que existe contra ele, mas o que pode estar por trás de tudo isso, ou “entre” sua condição social, o medo da morte, da pobreza. O estereótipo do Clero, representante da Igreja, considerado um político, um explorador em certo ponto, quebrando com seu estereótipo, o mesmo pode acontecer com o burgueses, representados pelo padeiro e sua mulher.

Encourado: - A senhora está falando muito e vê-se perfeitamente sua proteção com esses nojentos, mas nada pôde dizer ainda em favor da mulher do padeiro.

A Compadecida: - Já aleguei sua condição de mulher, escravizada pelo marido e sem grande possibilidade de se libertar. Que posso alegar ainda em seu favor?

Padeiro: - A prece que fiz por ela antes de morrer. O mais ofendido pelos atos que ela praticava era eu e, no entanto, rezei por ela, isso deve ter algum valor.

A Compadecida: - E tem, alego isso em favor dos dois.

Manuel: - Está recebida a alegação (SUASSUNA, 1990, p. 178).

A compadecida mostra o amor entre o casal, a quebra da visão do burguês, o qual explorou o João Grilo e o Chicó em sua padaria. Podendo existir outra visão, a compaixão citada pela Compadecida. Acreditamos que esse pensamento diferenciado da ideologia cristã baseada exclusivamente na oposição entre bem e mal, que vai além da Ideologia cristã, pode estar presente no ‘Auto da Compadecia’, e também na nossa visão de mundo para os demais, enquanto ser humano passível a erros, acertos e outros.

7 REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos. In.: **MAPA: Memória da Administração Pública brasileira**. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/443-marcos-de-noronha-e-brito-conde-dos-arcos>.

CARDOSO, Fabio Silvestre. **Um Brasil imaginado: Ariano Suassuna forjou uma ficção de matriz popular com alta densidade estética**. In.: Pesquisa Fapesp, ed. 223, set. 2014. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/09/16/um-brasil-imaginado/>.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual**. In.: Scielo, 1997, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003.

COMPARATO, Fabio Konder. **Variações sobre o conceito de povo no regime democrático**. In.: Scielo, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 211- 222, set./dez. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300013.

FABRIZ, Daury Cesar; FERREIRA, Cláudio Fernandes. **Teoria geral dos elementos constitutivos do Estado**. In.: Revista da Faculdade de Direito da UFMG, n. 39, 2001. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1192>.

FAJER, Roberta Fernandes; ARAÚJO, Margarete Panerai. **Aulas-Espetáculo: Comunicação e Cultura Brasileira**. In.: Revista Internacional de Folkcomunicação, v. 16, n. 36, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/2310>.

FALCON, Francisco J. Calazans. **O povo brasileiro: ensaio historiográfico**. In.: Revista USP, São Paulo, n. 46, p. 30-41, jun./ago. 2000. Disponível em: 30124-Texto%20do%20artigo-34992-1-10-20120706%20(1).pdf.

G1. **Cachorro que ‘assiste’ à missa e espera hóstia fica famoso nas redes sociais**. In.: G1: Rio Preto e Araçatuba, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2019/04/13/cachorro-que-assiste-a-missa-e-espera-hostia-fica-famoso-nas-redes-sociais-video.ghtml>. Acesso em: 20/04/2019

HEROLD, Valentine. **Livro inédito de Ariano Suassuna é lançado esta semana em Recife**. In.: UOL: Cultura/Literatura, publicado em 05 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/literatura/noticia/2017/12/05/livro-inedito-de-ariano-suassuna-e-lancado-esta-semana-no-recife-318682.php>.

NEWTON JÚNIOR, Carlos. **Almanaque Armorial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

NEWTON JÚNIOR, Carlos. **A Pedra do Reino: o sertão mítico e poético de Ariano Suassuna**. In.: Revista Brasileira, Rio de Janeiro, ano V, p. 139-147, 2016.

NEWTON JÚNIOR, Carlos. **Ariano Suassuna: Vida e Obra em Almanaque**. 1. ed. Recife: Caixa Econômica Federal, 2013.

NEWTON JÚNIOR, Carlos. **Dimensões de Ariano Suassuna**. In.: Caliban, Rio de Janeiro, n. 10, p. 112-117, 2007.

NEWTON JÚNIOR, Carlos. **O Circo da Onça Malhada: Iniciação à obra de Ariano Suassuna**. 1. ed. Recife: Artelivro, 2000.

NEWTON JÚNIOR, Carlos. **O universo mítico de Ariano Suassuna**. **Continente Multicultural**, ano 7, p. 13-15, 2007.

OLIVEIRA, Carlos Augusto Ferreira de. **A cristandade: um modelo eclesial de poder**. In.: Fragmentos de cultura: Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas. PUC Goiás, 2006. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/1889>.

PONTES, Emilio Tarlis Mendes. **Fé e pragmatismo no sertão**. In.: Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 155-168, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n2/1676-8329-mercator-13-02-0155.pdf>.

RODRIGUES, Daniella Carneiro Libânio. **A arte segundo Ariano Suassuna: a intermedialidade e a poética armorial**. Belo Horizonte, mar. 2015 [Dissertação]. In.: **BDTD Biblioteca digital de teses e dissertações**. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-9UYL78/disserta__o_daniella_libanio.pdf?sequence=1.

SÁ, Ricardo Antunes de. **A influência da ideologia católica no Estado feudal português: a manutenção das condições materiais de produção feudais e suas consequências (superestruturais) para a cultura e para a educação.** In.: Scielo, n.12 Curitiba Jan./Dec. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601996000100008.

SIMÕES, Ester Suassuna. **Leitura intersemiótica de "o mundo do sertão", uma iluminogravura de Ariano Suassuna.** In.: Anais do XV Congresso Internacional ABRALIC/ UERJ, Rio de Janeiro, p. 5108-5119, ago. 2017. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais-artigos/?id=2412>.

SIMÕES, Ester Suassuna. **O universo emblemático das iluminogravuras de Ariano Suassuna.** In.: Revista Investigações, v. 30, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/230105>.

SOUSA, António Caetano de. **História genealogica da Casa Real Portuguesa: desde a sua origem até o presente.** Tomo I [-XII]. - Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1735-1749. Disponível em: http://purl.pt/776/3/hg-2593-v/hg-2593-v_item3/index.html.

SOUSA JUNIOR, José Pereira. **Estado laico, Igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas e religiosas (1890 – 1930).** Pernambuco, ago. 2015. [Tese] In.: BDTD Biblioteca digital de teses e dissertações. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_1837a51276fd69c92958da6608b27e8d.

SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida.** 25 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

SUASSUNA, Ariano. **Uma mulher vestida de Sol.** 9ed. São Paulo: José Olympio, 2014.

SZESZ, Christiane Marques. **Uma história intelectual de Ariano Suassuna: leituras e apropriações.** Brasília, 2007. [Tese]. In.: Repositório UNB. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/7600?mode=full>.

VASCONCELOS, Janielly Santos de. **O discurso pedagógico do professor: uma aula magna de Ariano Suassuna.** [Monografia], ago. 2014. In.: Repositório UFPB. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/3130/1/JSV15082014.pdf>.

VASCONCELOS, Santiago Andrade. **O uso do território do município de pedra lavrada – PB pela mineração: elementos de inserção como lugar do fazer no contexto atual da globalização.** [Dissertação], 2006. In.: Repositório UFPE. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6845/1/arquivo6889_1.pdf.

VENUZO, Maria Thereza. **Classes rurais e nordeste: uma visão de José Lins do Rêgo.** In.: Scielo, Rio de Janeiro, p. 125-131, abr./jun. 1972. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v12n2/v12n2a11.pdf>.

ZANETTI, Bruno Marco. **Democracia**. In.: Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, ano MMXIII, nº. 000038, jul. 2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/democracia>.